EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA RELATORA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, DOUTORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO, PALMAS – TO.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TO 2D2C22DFBF39360
Protocolo: 06966/2018 Data: 26/07/2018 15:22:56
Origem: MUNIZ ARAUJO PEREIRA
UF: TO CNPJ: ../-

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO: 2016

PROCESSO N° 5074/2017
MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

1

COM JUNTADA DE DOCUMENTOS

E JULGADOS/PRECEDENTES DESSA CORTE DE CONTAS

MUNIZ ARAÚJO PEREIRA, Ex-Prefeito do Município de Tocantínia, já devidamente qualificado nesses autos, comparece com respeito e acatamento à presenta de Vossa Excelência para apresentar JUSTIFICATIVAS ao processo em epígrafe com esteio no inciso I, do artigo 205 c/c parágrafo único do art. 206 do Regimento Interno desta Corte de Contas, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1. Verificou-se que o conteúdo da nota explicativa não contemplou as seguintes Informações: bases de mensuração dos valores registrados bens e critério utilizado para o cálculo de Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas, em desacordo com os termos estabelecidos na NBCT 16.6 e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, (item 2.1 do relatório);

Para o atendimento do presente questionamento o gestor comparece fazendo juntada da NOTA EXPLICATIVA contendo as informações tidas como insuficientes na primeira análise da Diretoria de Controle Externo. DOC. 01

Na referida nota explicativa constam as informações relativas ao apontamento ora posto em diligência. Pede-se consideração e acatamento.

DA INCIDÊNCIA DE DÉFICIT FINANCEIRO DE ORÇAMENTÁRIO

2. Déficit de execução orçamentário no valor de R$ 911.671,30, em discordância ao disposto no art. 1º, § 1º e 4º, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, (item 6.4 do relatório). Restrição de Ordem Legal Gravíssimas, (item 4.2 da IN nº 02 de 2013).

10. Déficit Financeiro no valor de R$ 84.880,44, evidenciando ausência de equilíbrio das contas públicas do município, em descumprimento ao que determina o art. 1º, $ 1º da Lei Complementar nº 101/2000, Restrição de Ordem Legal Gravíssimas, item 2.15 da IN nº 02 de 2013. (Item 8.1 do relatório);

Primeiramente destacamos que o Município de Tocantínia arrecadou durante o exercício de 2016, receita no valor de R$ 16.818.549,88, e executou despesas no montante de R$ 17.730.221,18 conforme BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

Eis as anotações do RELATÓRIO DE ANÁLISE:

Quadro 13 - Resultado da Execução Orçamentária

DESCRIÇÃO	VALOR
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	911.671,30

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2016

Quanto à análise global do resultado orçamentário, verifica-se que, confrontando a receita realizada (R$ 16.818.549,88) com a despesa executada (R$ 17.730.221,18), constata-se que, em 2016, o Município obteve um déficit orçamentário no valor de R$ 911.671,30, evidenciando que as receitas arrecadadas é inferior ao valor das despesas empenhadas no exercício, demonstrando desequilíbrio entre os referidos valores, conforme dispõe o art. 1º, §1º e 4º, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou seja, para cada R$ 1,00 de receita arrecadada houve uma despesa executada de R$ 1,05.

Mais adiante o mesmo relatório de análise destaca existir no item 8.1 (QUADRO 37) que houve DÉFICIT FINANCEIRO de R$ 84.880,44.

As anotações no relatório de análise são as seguinte:

Quadro 37 - Balanço Patrimonial (Lei 4.320/64)

DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	1.486.569,84	PASSIVO FINANCEIRO	1.571.450,28
ATIVO PERMANENTE	10.432.783,19	PASSIVO PERMANENTE	5.333.987,33
		SALDO PATRIMONIAL	5.013.915,42
TOTAL	**11.919.353,03**	**TOTAL**	**11.919.353,03**

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2016

Comparando o Ativo Financeiro (R$ 1.486.569,84) e Passivo Financeiro (R$ 1.571.450,28), o Município apresentou um déficit financeiro no valor de (R$ -84.880,44). O total das disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos temporários) totalizaram R$ 1.364.166,79.

3 POIS BEM. NESSE CASO EXCELÊNCIA, É VÁLIDO DESTACAR QUE O DÉFICIT FINANCEIRO ORA QUESTIONADO REPRESENTA UMA PERCENTAGEM DE 0,50 % DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCICIO (R$ 16.818.549,88), E O DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO A MARGEM DE 5,42% DA MESMA RECEITA.

Neste sentido argumentamos que a Lei 4.320/64, em seu artigo 48, letra "b", prevê que, durante o exercício, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, deverá ser mantido o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Referido dispositivo, sem dúvida, pretende o planejamento das ações governamentais, com harmonização entre receitas e despesas, visando essencialmente evitar repercussões negativas, NO ENTANTO, SERIA INJUSTIFICÁVEL A INTERRUPÇÃO DE PROJETO PREVIAMENTE CONSIDERADOS DE INTERESSE PÚBLICO, PROVOCANDO UM ENGESSAMENTO, PARALISAÇÃO PARCIAL DAS ATIVIDADES E INVESTIMENTOS DE GOVERNO, O QUE NÃO SE PODE CERTAMENTE, ADMITIR.

Digo isto Excelência, pelo fato de que o Gestor Municipal, movida pelo espírito administrativo e excelência em gestão, frente a uma seara de necessidades peculiares ao Município de Tocantínia, DEPAROU-SE COM A ARRECADAÇÃO DE APENAS PARCELAS INICIAIS DE CONVÊNIOS FIRMADOS, OU SEJA, HOUVE NO EXERCÍCIO UMA FRUSTRAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL, ONDE FOI PREVISTO ARRECADAR R$ 6.635.651,94 E ARRECADOU TÃO-SOMENTE R$ 1.080.818,31, NO ENTANTO, MESMO DIANTE DESSE DÉFICIT DE

ARRECADAÇÃO, FEZ O GESTOR CUMPRIR METAS DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (OBRAS E INSTALAÇÕES) CONSTANTES DO PPA (PLANO PLURIANUAL). PROVA DISSO SÃO OS INVESTIMENTOS/OBRAS EXECUTADAS E CONTABILIZADAS NO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NA SOMA DE R$ 2.008.401,98 (DESPESA PAGA).

OUTRO PONTO QUE CARECE SER ANALISADO É QUE NO PASSIVO FINANCEIRO DE 31.12.2016 EXISTE OBRIGAÇÕES NÃO PROCESSADAS ORIUNDAS DE INVESTIMENTOS/OBRAS FINANCIADAS POR RECURSOS (FEDERAL E ESTADUAL) PARA AS QUAIS NÃO HOUVE O INGRESSO DA RECEITA CORRESPONDENTE. Para melhor compreensão faz-se destaque do saldos de empenhos do PASSIVO FINANCEIRO. Vejamos:

CREDOR	SALDO R$
PORTO ENGENHARIA EIRELI - ME	267.272,36
TOBAR CONSTRUÇÕES LTDA - ME	81.602,42
SOMA	348.874,78

COMO PROVA DO ALEGADO FAZEMOS JUNTADA DO DEMONSTRATIVO DO PASSIVO FINANCEIRO DE 2017 (GESTÃO SEGUINTE) ONDE OS EMPENHOS ACIMA FORAM LIQUIDADOS E PAGOS EM PARCELAS CORRESPONDENTES À RECEITA ARRECADADA PARA ESTE FIM. DOC.02

Conforme demonstrado acima determinados compromissos assumidos que ficaram inscritos em restos a pagar correspondem a DESPESAS NÃO PROCESSADAS ou seja, não houve o fornecimento do bem e/ou a prestação dos serviços. LOGO, NÃO GEROU AO MUNICÍPIO A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO, UMA VEZ QUE NÃO HÁ DÍVIDA A SER SANADA.

Além disso, por um equívoco administrativo deixamos de anular no final do exercício despesas correspodentes a empenhos estimativos QUE FORAM LIQUIDADOS INDEVIDAMENTE. Digo isto Excelência considerando que para os credores INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL e ENERGISA TOCANTINS – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A foram abertos créditos mediante a emissão de EMPENHOS ESTIMATIVOS no inicio do exercicio, para os quais à medida que chegavam a faturas na sede da Prefeitura Municipal era providenciado a liquidação e pagamento do valor correspondente. Ocorre que restou saldos desse empenhos em 31.12.2016 e que, Como já ditto acima, FORAM LIQUIDADOS INDEVIDAMENTE, situação esta que terminou provocando um endividamento que não corresponde com real dívida de curto prazo em 31.12.2016. RAZÃO PELA QUAL REQUER SEJAM DESCONSIDERADAS TAIS DESPESAS PARA EFEITO DE APURAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO MUNCÍPIO EM 2016.

Para melhor clareza dos fatos segue as anotações do EMPENHOS ESTIMATIVOS (LIQUIDADOS INDEVIDAMENTE):

CREDOR	DATA DO EMPENHO ESTIMATIVO	SALDO R$
INSS	04/01/2016	10.833,29
INSS	04/01/2016	34.911,02
INSS	04/01/2016	160.976,30
INSS	02/01/2016	41.603,40
INSS	02/01/2016	38.655,13
ENERGISA	04/01/2016	10.157,18
ENERGISA	04/01/2016	4.366,57
SOMA		301.502,89

ASSIM SENDO, RESTA EVIDENTE QUE O DÉFICIT FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO ORA QUESTIONADOS, FORAM INFLUENCIADOS SOBREMANEIRA PELA FRUSTRAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL E PELA INCIDÊNCIA DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, E EM RAZÃO AQUELAS DESPESAS COM INSS E ENERGISA QUE FORAM LIQUIDADAS INDEVIDAMENTE, UMA VEZ QUE REFEREM-SE A EMPENHOS ESTIVAMATIVOS ABERTOS EM JANEIRO DE 2016.

Repise-se os EMPENHOS NO SALDO DE DÍVIDA EM 31.12.2016 (RESTOS A PAGAR) no valor de 348.874,78 NÃO FORAM LIQUIDADOS. No entanto o entendimento do art. 38 da Lei nº 4.320/64 e Nota Técnica nº 622/2004, da Secretaria do Tesouro Nacional, É DE QUE ESSAS DESPESAS PODERIAM TER SIDO ANULADAS NO FINAL DE 2016, por esse motivo requeremos a Vossa Excelência que ao proceder com a reanálise do desempenho FINANCEIRO e OÇAMENTÁRIO do MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA, EXCLUA DO PASSIVO FINANCEIRO tais despesas na soma de, pois assim procedendo restará comprovado que no exercício de 2016 O MUNICÍPIO APRESENTA SITUAÇÃO SUPERAVITÁRIA FINANCEIRA E ORÇAMENTARIAMENTE.

Segue abaixo texto da norma da Secretaria do Tesouro Nacional que regular o procedimento de cancelamento de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, vejamos:

> Nota Técnica nº 622/2004 - GENOC/CCONT
> Brasília, 17 de Maio de 2004.
> Assunto: Cancelamento de Restos a Pagar.
> Senhor Coordenador-Geral,
> 1. Refere-se a questionamento formulado a este Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, pela Secretaria de Estado de Fazenda de Roraima, quanto à legislação que dá suporte ao procedimento de cancelamento de Restos a Pagar cujo pagamento não foi efetivado ao término do exercício posterior a sua inscrição.
> 2. Face ao questionamento apresentado, segue o entendimento do Órgão Central quanto ao assunto em questão. De acordo com o caput do artigo 36 da Lei nº4.320/64:

"Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas."

3. Quando uma despesa é legalmente empenhada dentro do exercício financeiro ao qual ela pertence, mas que não tenha sido efetivamente paga neste, surge a necessidade temporária de inscrever essa despesa como Restos a Pagar. Portanto, Restos a Pagar é o conceito representado pela inscrição das obrigações de natureza financeira de responsabilidade do Poder Público, em conta contábil específica, que foram empenhadas e não pagas até o último dia do exercício financeiro ao qual elas pertencem.

4. Ao arrolar essas despesas à conta de Restos a Pagar, diz o artigo, que se deve ter cuidado de distinguir as despesas processadas das não processadas. Cumpre esclarecer que as despesas processadas são aquelas cujo pagamento não se realizou até 31 de dezembro, mas que já foram devidamente empenhadas e liquidadas, tendo o contratado cumprido sua obrigação contratual, isto é, ter entregue o material ou prestado o serviço.

Neste caso, não poderá haver cancelamento de restos a pagar, uma vez que o serviço e ou o bem já foram entregues. Poderá haver parcelamento de pagamento da obrigação, mas não cancelamento da mesma.

5. Em se tratando de Restos a Pagar não Processados, estes são despesas legalmente empenhadas, mas não liquidadas até o término do exercício financeiro a que elas pertencem. Deve ser observado que, apesar da despesa ter sido efetivamente empenhada, o contratado não prestou o serviço ou não forneceu o material de acordo com o contrato. Portanto, se ao término do exercício financeiro subsequente ao da inscrição tais despesas não tenham sido executadas elas devem ser canceladas e caso as mesmas tenham sido consideradas como despesas realizadas para fins de comprovação dos índices estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, torna-se necessário a compensação desses valores cancelados adicionalmente às despesas consideradas para fins de comprovação de índices constitucionais e legais no exercício, conforme orientam os Manuais de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e Resumido de Execução Orçamentária – RREO.

6. Deve ser observado, no entanto, a ausência de citação na lei de orientações detalhadas a respeito do cancelamento de restos a pagar. A referida ausência suscita regulamentação dos entes federados. No caso da União, embora normatizado, ainda persistiu lacunas conceituais

com a edição do DECRETO Nº 93.872/86 que, apesar de tratar do assunto "Restos a Pagar" em uma seção específica, apenas citou a validade da inscrição das despesas inscritas em Restos a Pagar, estabelecendo o seu cancelamento ao término do exercício subsequente ao da inscrição dessas despesas. Embora, não explícito, refere-se a cancelamento de restos a pagar não processados.

EIS AS REGRAS DITADAS PELO DECRETO:

Art. . 68. A inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas neste Decreto, e terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

7. Ficou estabelecido com isso que o registro da inscrição de Restos a Pagar dar-se-á no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho tendo validade até 31 de dezembro do exercício subsequente, quando será cancelada automaticamente a referida inscrição no caso de Restos a Pagar não Processados. Contudo, se após o cancelamento da inscrição estes valores vierem a serem reclamados pelo credor e aceitos pelo contratante, e considerando que será fornecido o bem ou prestado o serviço, a liquidação e o pagamento deverão ser realizados por meio de dotação específica destinada a despesas do exercício corrente em que ocorrer a execução da despesa. (O grifo é nosso)

8. O Manual de Receitas Públicas que foi publicado por meio da Portaria nº 219, de 29 de Abril de 2004, no item 2 do Título 7 que trata do Regime de Execução Orçamentária da Receita Pública, define o cancelamento de Restos a Pagar da seguinte forma:

"Entende-se por cancelamento de Restos a Pagar o estorno da obrigação constituída em exercícios anteriores em contrapartida com uma variação ativa resultante do cancelamento de despesa orçamentária inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores."

9. Desta forma, os procedimentos adotados em relação ao cancelamento de Restos a Pagar, encontram-se necessitando de regulamentação por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, instrumento mais adequado, uma vez que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária e dá outras providências.

À consideração superior.
GILVAN DA SILVA DANTAS
Gerente de Normas e Procedimentos Contábeis, Substituto
De acordo. Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Fazenda de Roraima.
ISALTINO ALVES DA CRUZ
Coordenador-Geral de Contabilidade

ASSIM O QUE SE PODE ALEGAR É QUE POR UM EQUÍVOCO ADMINISTRATIVO O GESTOR DEIXOU DE PROCEDER COM A DEVIDA ANULAÇÃO, O QUE PODERIA TER SIDO FEITO, VISTO TRATAR DE DESPESAS NÃO PROCESSADAS, E AO FINAL TER-SE-IA EVITADO O DÉFICIT FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO, PROVOCADOS PELO ACUMULO DE DÍVIDAS REGISTRADAS NO PASSIVO FINANCEIRO.

POR DERRADEIRO, CASO VOSSA EXCELÊNCIA NÃO PROCEDA NA FORMA REQUERIDA recorremos a Vossa Excelência no sentido de que essa Corte de Contas tem relevado em diversas decisões, quanto aos Déficits Orçamentários e Financeiros. Daí REQUEREMOS seja aplicado neste caso o princípio da razoabilidade.

A título de exemplo citamos os seguintes casos:

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 145/2017 – 2ª Câmara

1. Processo: 5329/2016 2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1 Assunto:
2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2015
3. Responsáveis: Erisvaldo Resplandes de Araújo - Ex-Prefeito, CPF: 984.622.291-20 João Dmerson Alves Barbosa - Controle Interno, CPF: 612.265.561-91 Benair Pereira de Sousa - Contador, CPF: 785.126.891-53
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - TO
5. Relator: Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído nos autos: Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/TO. EXERCÍCIO DE 2015. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL E REPASSE DO DUODÉCIMO. ABERTURAS DE CRÉDITOS ADICIONAIS DENTRO DO LIMITE ESTABELECIDO NA LOA. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO

PÚBLICO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E PARECER PRÉVIO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;
Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;
Considerando o Parecer nº 1.576/2017 do Corpo Especial de Auditores;
Considerando ainda, tudo mais que

8. RESOLVEM:
8.1 recomendar a APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Cachoeirinha - TO, referentes ao exercício financeiro de 2015, gestão do Senhor Erisvaldo Resplandes de Araújo, Prefeito à época, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:
1) Os Anexos de Metas e Riscos Fiscais, que acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, foram parcialmente preenchidos prejudicando a análise;
2) Déficit Orçamentário no valor de R$ 295.835,57, considerando a utilização do superávit financeiro do exercício anterior (R$0228.144,44), restaria um déficit orçamentário, na ordem de R$067.691,13, que ao verificar a representatividade deste valor em relação a Receita Total gerida pelo Município do exercício de 2015, na ordem de R$08.252.617,56, encontra-se um percentual de 0,82%;

3) Déficit Financeiro no valor de R$ 67.663,52, considerando a representatividade deste valor (R$ 67.663,52) em relação a Receita Total gerida pelo Município do exercício de 2015, na ordem de R$ 8.252.617,56, encontra-se um percentual de 0,82%;

4) Aplicação a maior do Total do FUNDEB no valor de R$ 80.387,81, o que representa 7,30% a mais que o recebido, em desconformidade ao que dispõe o art. 21 da Lei Federal nº 11.494/07. (Item 6.4 do Relatório de Análise);

5) Ausência de planejamento, ou seja, o município arrecadou 13,38% em relação a previsão orçamentária, em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.3 do Relatório de Análise);

6) Ausência de registro e arrecadação da Dívida Ativa, em descumprimento ao art. 39 da Lei Federal nº 4.320/1964. (Item 4.3.3 do Relatório de Análise);

7) O registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual 18,59% dos vencimentos e remunerações, em descumprindo ao art. 195, I, da Constituição Federal e art. 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991. (Item 5.3 do Relatório de Análise de Análise);

8) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2015 no valor de R$ 234.459,55 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), foi registrado na conta do FPM normal, onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde.

RESOLUÇÃO TCE/TO Nº 137/2018 PLENO

1. Processo nº: 10556/2014; Anexo: 2948/2013
2. Classe de Assunto: 1 – Recurso 2.1. Assunto: 5 – Pedido de Reexame – Ref. ao Proc. nº 3147/2013 – Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2012
3. Responsável: Fabion Gomes de Sousa - CPF: 196.962.131-15
4. Órgão: Prefeitura de Tocantinópolis - TO
5. Relator: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves
6. Representante do MP: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos: Juvenal Klayber Coelho – OAB/TO 182-A e Adriano Guinzelli – OAB/TO 2025

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS. EXERCÍCIO DE 2012. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE AFASTAR OU REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO EVIDENCIADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. MANUTENÇÃO DO PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS.

8. DECISÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos nº 10556/2014, referentes ao Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Fabion Gomes de Sousa, Prefeito à época dos fatos, em desfavor do Parecer Prévio nº 177/2014 – TCE/TO – 2ª Câmara, exarado no processo nº 2948/2013, publicado no Boletim Oficial nº 1280/2014, no qual esta Corte de Contas recomendou a rejeição das contas anuais consolidadas do Município de Tocantinópolis - TO, alusivas ao exercício financeiro de 2012.

Considerando que o recurso foi formulado em petição, com fundamentos de fato e de direito e autuado tempestivamente, em obediência aos arts. 222 e 246 do RITCE.

Considerando que após a análise das razões recursais constatou-se que o recorrente não logrou êxito em desconstituir as irregularidades que ensejaram a rejeição das contas consolidadas sob sua responsabilidade.

Considerando, sobretudo, o teor do Voto exarado nos presentes autos.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no artigo 248, do Regimento Interno do TCE:

9.1 Conhecer do presente Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Fabion Gomes de Sousa, Prefeito à época dos fatos, em desfavor do Parecer Prévio nº 177/2014 – TCE/TO – 2ª Câmara, exarado no processo nº 2948/2013, publicado no Boletim Oficial nº 1280/2014, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

9.2. No mérito, dar parcial provimento ao recurso para excluir das razões decidir do Parecer Prévio nº 177/2014 – 2ª Câmara os seguintes apontamentos:

9.3.2.1. Déficit Orçamentário – 2,24% da receita gerida;

9.2.2. Utilização indevida de Fonte de Recursos em empenhos do Município;

9.2.3. Utilização indevida de Fonte de Recursos para pagar despesas do FUNDEB.

9.3. Manter, por seus próprios fundamentos, os demais termos do Parecer Prévio nº 177/2014 – TCE/TO – 2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas recomendou a REJEIÇÃO das contas anuais consolidadas do Município de Tocantinópolis - TO, alusivas ao exercício financeiro de 2012, sob responsabilidade do Fabion Gomes de Sousa, Prefeito à época.

RESOLUÇÃO Nº 199/2018 – TCE/TO PLENO

1. Processo nº: 8682/2016; Anexo nº: 3986/2015
2. Classe de Assunto: 01. Recurso 2.1. Assunto: 5. Pedido de Reexame referente à Prestação de Contas Consolidadas – 2014 – processo nº 3986/2015
3. Responsável: Florisvane Mauricio da Gloria (CPF nº 884.084.771-53), prefeito à época
4. Origem: Município de Divinópolis do Tocantins– TO
5. Órgão: Prefeitura de Divinópolis do Tocantins– TO
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procuradora de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues 8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2014. DECISÃO PELO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME DO PARECER PRÉVIO Nº 47/2016– TCE - 1ª CÂMARA, DAR-LHE PROVIMENTO. MODIFICAR PARA O PARECER PRÉVIO PARA A APROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSALVAS.

9. DECISÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de nº 8682/2016, versando sobre Pedido de Reexame interposto pelo senhor Florisvane Mauricio da Gloria, prefeito à época, do município de Divinópolis do Tocantins– TO, contra decisão exarada por meio do Parecer Prévio nº47/2016– TCE – 1ª Câmara, de 24 de maio de 2016, ocasião em que esta Corte rejeitou as contas consolidadas do exercício financeiro de 2014. Considerando que o recurso interposto pelo senhor Florisvane Mauricio da Gloria, prefeito á época, deve ser conhecido, uma vez que atende aos requisitos de admissibilidade previstos em lei.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal, artigos 32, §1º e 33, I da Constituição Estadual, artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64, artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001.

Considerando que os argumentos recursais foram suficientes para esclarecer as irregularidades que ensejaram na rejeição.

Considerando o cumprimento dos limites constitucionais e legais.

Considerando tudo que há nos autos.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XVII, 59 e 60 da Lei nº 1.284/2001 c/c os artigos 244 a 250 e 294, V do RITCE, ante as razões expostas pela Relatora, em: 9.1. **Conhecer do presente Recurso (Pedido de Reexame),** com fulcro nos artigos 59 e 60 da Lei nº 1.284/2001, interposto pelo senhor Florisvane Mauricio da Gloria, prefeito à época, para no mérito, dar-lhe provimento, para alterar o Parecer Prévio para a Aprovação das Contas Anuais Consolidadas do município de Divinópolis do Tocantins, exercício de 2014, constante do Parecer Prévio nº 47/2016 da 1ª Câmara, exarado na Sessão Ordinária de 24 de maio de 2016, no Processo nº 3986/2015.

9.2. Ressalvas

a) Abertura dos créditos suplementares por superávit financeiro no montante de R$ 444.235,16, sem comprovar a origem dos recursos, atribuído a falha no sistema de contabilidade do município. (item 3 do Despacho nº 18/2016).

b) Déficit de Execução Orçamentária consolidado no montante de R$156.104,08 (item 4 do Despacho 18/2016).

c) Inscrição de restos a pagar sem disponibilidade financeira no montante de R$ 72.214,25 (item 6 do despacho nº 18/2016).

ACÓRDÃO Nº 227/2018 – TCE/TO 1ª CÂMARA

1. Processo nº: 3253/2016

2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1 Assunto: 12. Prestação de contas anual de ordenador de despesa. Exercício de 2015

3. Responsável: Zaira Dias Vicente Braga – CPF/MF nº 626.505.301-97

4. Órgão: Câmara Municipal de Pium/ Tocantins 4.1. Entidade: Pium/Tocantins

5. Relator: Conselheiro Substituto Orlando Alves da Silva

6. Representante do Ministério Público de Contas: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito

7. Procurador constituído: Não atuou

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR DE DESPESA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. CÂMARA MUNICIPAL DE PIUM/TOCANTINS. APURAÇÃO DE DEFICIT PATRIMONIAL DE POUCA EXPRESSIVIDADE. FALHA CONTÁBIL QUE NÃO MACULA A GESTÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO. RECOMENDAÇÃO. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: VISTOS, discutidos e relatados os presentes autos que tratam da prestação de contas de ordenador de despesa da senhora Zaira Dias Vicente Braga – CPF/MF nº 626.505.301-97, na condição de responsável pela gestão da Câmara Municipal de Pium/ Tocantins no exercício de 2015, enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO na conformidade do artigo 33, inciso II, da Constituição Estadual e dos arts. 1º, inc. II, e 73 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001. Considerando que compete constitucionalmente ao TCE/TO julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no art. 33, inc. II da Constituição Estadual;

Considerando que no respectivo período não foi realizada auditoria na unidade jurisdicionada;

Considerando que os elementos constantes dos autos não demonstram a ocorrência de impropriedades que caracterizam infração às normas legais e regulamentares, passíveis de prejudicar a regularidade das contas; e

Considerando, finalmente, os argumentos e a fundamentação constante do Voto do Conselheiro Relator.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em: 8.1. **Julgar REGULARES COM RESSALVAS as contas anuais prestadas por Zaira Dias Vicente Braga, inscrita no CPF/MF nº 626.505.301-97, na condição de ordenadora de despesa da Câmara Municipal de Pium/ Tocantins no exercício financeiro de 2015,** dando-se quitação à responsável, com fundamento no art. 85, inc. II e art. 87 da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c o art. 76 do Regimento Interno - RITCE/TO.

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 40/2018 2ª CÂMARA

1. Processo: 4727/2017
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2016
3. Responsável: Jair Luiz Montes – CPF: 195.833.461-87
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Muricilândia
5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes
6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Oziel Pereira dos Santos
7. Procurador constituído: não há

EMENTA: MUNICÍPIO DE MURICILÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2016. CONTAS CONSOLIDADAS. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL. DÉFICIT FINANCEIRO E CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EM PERCENTUAIS RESSALVÁVEIS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA MUNICIPAL.

8. Decisão VISTOS, relatados e discutidos os autos nº 4727/2017, que versam sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Muricilândia, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Jair Luiz Montes, Prefeito à época, submetidas à análise desta Corte de Contas, por força do disposto no § 2º do art. 31 c/c art. 71 da Constituição Federal, art. 33, inciso I, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.284/2001, art. 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e Instrução Normativa nº 02/2013.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º, da Constituição Federal; arts. 32, §1º, e 33, I da Constituição Estadual; art. 82 § 1º, da Lei 4.320/64, art. 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais, bem como o especificado no artigo 104 da Lei 1.284/2001.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

Considerando que após o exame dos autos não remanesceram irregularidades relevantes, suficientes para balizar o pronunciamento pela rejeição das contas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

8.1. Recomendar a APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Muricilândia, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Jair Luiz Montes, Prefeito à época, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei nº 1.284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

1. Processo nº: 5615/2016.
2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas. 2.1. Assunto: 02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2015.
3. Responsável: Aloilson Tavares Cardoso – Prefeito à época.
4. Entidade: Município de Aurora do Tocantins/TO.
5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes.
6. Rep. C. Especial Auditores: Conselheiro Substituto Fernando César B. Malafaia.
7. Rep. do Min. Público: Procuradora Raquel Medeiros Sales de Almeida.
8. Procurador Constituído: Arethéia Raquel Oliveira Tavares – OAB/TO n°5.045, representando Aloilson Tavares Cardoso e Gleysson Mendes Fonseca

EMENTA: PARECER PRÉVIO. MUNICÍPIO DE AURORA DO TOCANTINS. CONTAS CONSOLIDADAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. DEFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DE POUCA EXPRESSIVIDADE. CUMPRIMENTOS DOS INDICES DE EDUCAÇÃO, FUNDEB E SAÚDE. DEPESAS DE PESSOAL DO ENTE E DOS PODERES DENTRO DOS LIMITES DA LRF. RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO. REMESSA À CÂMARA LEGISLATIVA PARA JULGAMENTO.

9. Decisão:
9.1. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que versa sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Aurora do Tocantins/TO, relativa ao exercício financeiro de 2015, sob a gestão do Sr. Aloilson Tavares Cardoso, Prefeito à época, encaminhada a esta Corte de Contas para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I, da Constituição Estadual, artigo 1º, I, da Lei nº 1.284/2001 e artigo 25, do Regimento Interno.
9.2.Considerando que compete ao Tribunal apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, na conformidade do artigo 31, §1º, da Constituição Federal, artigos 32, §1º e 33, I, da Constituição Estadual, artigo 82, §1º, da Lei 4.320/64, artigo 57, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 1º, I, e 100, da Lei nº 1.284/2001;
9.3. Considerando que ao emitir Parecer Prévio o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, de acordo com a análise da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas, sujeito às Câmaras Municipais;
9.4. Considerando que foi garantido ao responsável o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 5º, LV, da Constituição Federal;

9.5. Considerando que a aplicação de recursos na saúde, educação e FUNDEB atingiram os índices de 22,74%, 25,71% e 76,22%, respectivamente, atendendo aos índices mínimos estabelecidos na legislação;

9.6. Considerando que o déficit orçamentário atingiu o percentual de 3,04% e o financeiro de 3,52% da receita recebida no exercício, sendo considerado de pouca expressividade, podendo ser ressalvado, conforme precedente deste Tribunal;

9.7. Considerando que a despesa com pessoal correspondeu a 51,84% da receita corrente líquida, sendo 48,20% do Poder Executivo e 3,6% do Poder Legislativo, não ultrapassando os limites definidos nos art.19, III e art.20, III, 'a' e 'b', todos da LRF; 9.8. Considerando as razões e fundamentos expostos no Voto do Conselheiro Relator, o qual é parte integrante desta decisão

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara:

I. Emitir Parecer prévio pela APROVAÇÃO das contas anuais consolidadas do Município de Aurora do Tocantins/TO, referentes ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Sr. Aloilson Tavares Cardoso, nos termos do inciso I, do art. 1.º e inciso III, do rt. 10, ambos da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001, c/c art. 28, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 3/2018 2ª Câmara

1. Processo:5457/2016

2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1 Assunto:2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2015

3. Responsável:Itelma Belarmino de Oliveira Resplandes - Prefeita, CPF: 799.052.421-04 Tayrone Ferreira Marinho - Controle Interno, CPF: 734.905.711-34 Auberany Dias Pereira - Contador, CPF: 663.357.101-10

4. Órgão:Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins - TO 5. Relator:Conselheiro Substituto Adauton Linhares da Silva

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Dr. Márcio Ferreira Brito

7. Procurador constituído nos autos:Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS/TO. EXERCÍCIO DE 2015. REALIZAÇÃO DE DESPESAS IMPRÓPRIAS NA MANUTENÇÃO E

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 21 DA LEI FEDERAL Nº 11.494/2007. REPASSE A MENOR DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL. REJEIÇÃO. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO A ESTE TRIBUNAL DE CONTAS. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E PARECER PRÉVIO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais; da Lei Estadual nº 1.284/2001; Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa; Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1 recomendar a REJEIÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Santa Terezinha do Tocantins - TO, referentes ao exercício financeiro de 2015, gestão da Senhora Itelma Belarmino de Oliveira Resplandes, Prefeita à época, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, em razão de:

I) O registro Contábil das Cotas de Contribuição Patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Providência Social atingiu o percentual 6,38% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts, 195, I da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.121/1991. (Item 5.3 do Relatório de Análise);

II) O Município realizou despesas impróprias na Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (despesas com gêneros alimentícios/refeições/ merenda pagas com recursos do MDE 0020.00.000) no valor de R$ 12.581,55 em desconformidade ao que

determina o art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96. (Item 6.2 do Relatório de Análise);

III) Aplicação de 112,56% do total recebido de recursos do FUNDEB, apura- -se uma aplicação a maior no valor de R$ 190.594,20, representando 12,62% a mais que o recebido, em desconformidade ao que dispõe o art. 21 da Lei Federal nº 11.494/07. (Item 6.4 do Relatório de Análise).

8.1.1 Emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1.1 Ressalvas:

1) A Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei Municipal nº 241/2014), não estabeleceu valores com base na receita corrente líquida para a Reserva de Contingência, desobedecendo o art. 5º, inciso III "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF;

2) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Res tos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior. O Balanço Consolidado do exercício de 2014 (Processo nº 4263/2015) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 367.301,06 (trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e um reais e seis centavos), onde R$ 148.246,15 se referia a Restos a Pagar não Processados e R$0219.054,91 a Restos a Pagar Processados, porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar do Balanço Consolidado do Exercício de 2015 (8ª Remessa de 2015) apresenta para os Restos a Pagar não Processados R$ 142.650,00 e para os Restos a Pagar Processados R$ 115.674,64, portanto, não houve consonância entre os dois exercícios;

3) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/07/2015 no valor de R$ 63.283,41, foi registrada na conta do FPM "Normal", onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.03... - Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual (EC Nº 84/2014), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

4) A Publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (1º Bimestre) fora do prazo fixado no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

5) Déficit Financeiro no valor de R$ 128.724,63, evidenciando ausência de equilíbrio das contas públicas do município, em descumprimento ao que determina o art. 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000. Restrição de Ordem Legal - Gravíssimas (Item 2.15 da IN TCE/TO nº 02 de 2013), considerando a representatividade deste valor (R$ 128.724,63) em relação a Receita Total gerida pelo Município do

exercício de 2015, na ordem de R$09.114.126,80, encontra-se um percentual de 1,41%;

6) Ausência de planejamento, ou seja, o município arrecadou 151,38% em relação a previsão orçamentária, em descumprimento ao que determina o art. 1º §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

7) Ausência de registro do estoque da Dívida Ativa, bem como, do valor arrecadado no exercício, em desconformidade com o art. 39 da Lei Federal nº 4.320/64 e com os arts. 13 e 58 da LRF.

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 43/2018 2ª Câmara

1. Processo nº: 3291/2016

2. Classe de Assunto: 4. Prestação de Contas 2.1 Assunto: 12. Prestação de Contas de Or denador 2015

3. Responsáveis: Ney Madalena Caldas - Gestor, CPF: 196.548.713-00; Horácio Reis de Souza Neto - Controle Interno, CPF: 851.083.751-15; Douglas Gomes Correa - Contador, CPF: 004.385.201-73.

4. Órgão: Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins - TO

5. Relator: Conselheiro Substituto Adauton Linhares da Silva

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Marcos Antônio da Silva Modes

7. Procurador Constituído nos autos: Não há

EMENTA: SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ARAGUATINS-TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. EXERCÍCIO DE 2015. SUPERÁVIT FINANCEIRO E PATRIMONIAL. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL.

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de nº 3291/2016, que tratam da Prestação de Contas de Ordenador do Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins - TO, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Senhor Ney Madalena Caldas, Gestor à época. Registro que não houve auditoria abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2015 no Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins - TO. Considerando o Parecer nº 2237/2017 do Ministério Público junto a esta Corte de Contas. Considerando ainda tudo mais que dos autos consta:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso II; 10, inciso I; 85, inciso II e 87 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c artigo 76 do Regimento Interno desta Corte de Contas, em:

8.1 julgar regulares com ressalvas as contas de Ordenador de Despesas prestadas pelo senhor Ney Madalena Caldas, gestor à época, do Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins - TO, referente ao exercício de 2015, com fundamento nos artigos 10, I; 85, II e 87 da Lei Estadual nº 1.284/2001, concedendo quitação ao responsável, nos termos do supracitado artigo 87, e § 2º do artigo 76 do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas e, faço as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) Déficit Orçamentário na ordem de R$ 9.733,28, em desconformidade ao art. 1º, §1º c/c art. 9º da LRF e art. 48, inciso "b" da Lei nº 4.320/64, representando 0,43 em relação ao total dos recursos recebidos;

2) Divergência entre o saldo final do exercício anterior e os valores constantes como Saldo Inicial no Demonstrativo de Passivo Financeiro que apresenta a descrição analítica por credor dos Restos a Pagar para a Demonstração da Dívida Flutuante, que apresenta o valor contábil dos Restos a Pagar, bem como entre os referidos demonstrativos no exercício de 2015;

3) Divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeiro com o total das despesas no valor de R$ 16.207,66, em descumprimento ao art. 83 da Lei Federal nº 4.320/1964; 4) Diferença entre o imobilizado evidenciado no "Balanço Patrimonial" e o arquivo "Ativo Bem Imobilizado.xml", no valor de R$ 1.499,00 e ausência de apresentação da Relação dos Bens do Ativo Imobilizado

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 68/2018 2ª Câmara

1. Processo nº:8490/2016

2. Classe de Assunto:4. Prestação de Contas 2.1 Assunto:12. Prestação de Contas de Or denador 2015

3. Responsáveis:Irio Oliveira Sousa Filho - Gestor, CPF: 435.577.591-72; Vivaldo Gomes Feitosa - Controle Interno, CPF: 485.063.891-00; Darionildo da Silva Sampaio - Contador, CPF: 436.126.013-34.

4. Órgão:Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins 5. Relator:Conselheiro Substituto Adauton Linhares da Silva

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Dr. José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos:Não há

EMENTA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS/TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. EXERCÍCIO DE 2015. SUPERÁVIT FINANCEIRO. CUMPRIU OS 15% EM SAÚDE, APLICANDO 21,69% EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO REPRESENTANDO 2,68% DO TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS. INCONSISTÊNCIAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL.

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de nº 8490/2016 que tratam da Prestação de Contas de Ordenador do Senhor Irio Oliveira Sousa Filho, gestor à época do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins, referente ao exercício financeiro de 2015.

Registro que não houve auditoria abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2015 no Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins.
Considerando que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;
Considerando os Pareceres nºs 1485/2017 e 2238/2017, do Corpo Especial dos Auditores e do Ministério Público junto a este Tribunal;
Considerando ainda tudo mais que dos autos consta:

ACORDAM os Conselheiros do Tri bunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 10, inciso I; 85, inciso II e 87 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, em:
8.1 julgar regulares com ressalvas as contas de Ordenador de Despesas prestadas pelo Senhor Irio Oliveira Sousa Filho, Gestor à época do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins, referente ao exercício de 2015, com fundamento nos artigos 10, I; 85, II e 87 da Lei Estadual nº 1.284/2001, concedendo quitação ao responsável, nos termos do supracitado artigo 87, e § 2º do artigo 76 do Regimento

Interno deste Tribunal, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas e, faço as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) Inconsistência na inserção de ações vinculadas a outras Unidades Orçamentárias nos arquivos do Fundo Municipal de Saúde, em desacordo com os valores constantes na Lei Orçamentária Anual;

2) Déficit Orçamentário na ordem de R$ 61.613,24, em desconformidade ao art. 1º, §1º c/c art. 9º da LRF e art. 48, inciso "b" da Lei nº 4.320/64, representando 2,68% em relação ao total dos recursos recebidos;

3) Divergência entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida Flutuante, em descumprimento aos arts. 83 a 100 da Lei Federal 4.320/1964;

4) Diferença entre o imobilizado evidenciado no "Balanço Patrimonial" e o arquivo "Ativo Bem Imobilizado.xml", no valor de R$ 521.836,13 e ausência de apresentação da Relação dos Bens do Ativo Imobilizado; 5) Divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeiro com o total das despesas no valor de R$ 146.900,94, em descumprimento ao art. 83 da Lei Federal nº 4.320/64.

ACORDÃO Nº 959/2017 – TCE 2ª Câmara

1. Processo nº: 2340/2014 / Apenso: 5361/2013 – Auditoria janeiro a maio de 2013

2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas 2.1 Assunto: 12 – Prestação de Contas de Ordenador (2013)

3. Origem: Câmara Municipal de Piraquê – TO

4. Responsáveis: Valdecir de Oliveira Lemos (ex-Gestor até 21/09/2013 / CPF nº 348.991.971-87); Josivan Franca Silva (ex- -Gestor a partir de 26/09/2013 / CPF nº 984.631.871-53); Clovis de Sousa Santos Júnior (ex-Contador até 30/09/2013 / CPF nº 770.745.561-49); Vania Maria de Brito Rego (ex-Contadora a partir de 10/10/2013 / CPF nº 960.848.981-49); Weudilla Saraiva da Silva (ex-Controle Interno até 26/09/2013 / CPF nº 731.353.991-68) e Lucélia Pereira da Silva (ex-Controle Interno a partir de 27/09/2013 / CPF nº 015.686.872-57).

5. Relator: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves

6. Representante do MP: Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida

7. Procurador Constituído nos Autos: não atuou

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR – CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUÊ - TO. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE BAIXA MONTA; DIVERGÊNCIA ENTRE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS; AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS QUANTO À VALORES DIVERSOS; AUSÊNCIA DE REGISTROS CONTÁBEIS; EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DE DESPESAS DO LEGISLATIVO EM 0,06%; REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA E CONTÁBIL, SEM QUE OS VALORES INGRESSASSEM NO COMPUTO DAS DESPESAS COM PESSOAL; SUBSÍDIO DE VEREADORES MAJORADO EM 1,96% DENTRO DA MESMA LEGISLATURA. REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS APRESENTADAS. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos que versam sobre a Prestação de Contas de Ordenador da Câmara Municipal de Piraquê - TO, referente ao exercício de 2013, sob a gestão do Senhor Valdecir de Oliveira Lemos (gestor até 21 de setembro de 2013), e do Sr. Josivan Franca Silva (gestor a partir de 26 de setembro de 2013), encaminhada a esta Corte de Contas nos termos do artigo 33, inc. II da Constituição Estadual, art. 1º, inc. II da Lei nº 1.284/2001 e artigo 37 do Regimento Interno, em conjunto com os autos de nº 5361/2013, relativo à Auditoria de Regularidade realizada no período de janeiro a maio do ano;

Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 71, II da Constituição Federal;

Considerando que foram registradas inconsistências na Prestação de Contas de Ordenador e na Auditoria de Regularidade, elencadas no bojo do Relatório de Análise da Prestação de Contas nº 135/2015 e do Relatório da Auditoria de Regularidade nº 028/2014, mas que mesmo persistentes após a realização de diligências, devido à sua natureza e/ou baixa expressividade no contexto geral da análise empreendida, não consubstanciaram óbice à regularidade das contas apresentadas;

8.1. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 33, II, da Constituição Estadual, art. 1º, II, da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 71 e seguintes do Regimento Interno do TCE/TO, em:

8.2. Acolher o conteúdo do Relatório de Auditoria de Regularidade nº 028/2014, aplicando-lhe, contudo, as ressalvas dispostas no campo "análise" das tabelas do item 9.9 do Voto do Relator;

8.3. Julgar REGULARES COM RESSALVAS, consoante os termos do art. 85, inciso II e art. 87, ambos da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 76, do Regimento Interno TCE/TO, a Prestação de Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Piraquê - TO, referente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de Valdecir de Oliveira Lemos (ex-Gestor até 21/09/2013); Josivan Franca Silva (ex-Gestor a partir de 26/09/2013); Clovis de Sousa Santos Júnior (ex-Contador até 30/09/2013); Vania Maria de Brito Rego (ex-Contadora a partir de 10/10/2013); Weudilla Saraiva da Silva (ex-Controle Interno até 26/09/2013) e Lucélia Pereira da Silva (ex-Controle Interno a partir de 27/09/2013), dando quitação aos mesmos;

ACÓRDÃO Nº 1004/2017 – TCE 2ª Câmara

1. Processo nº: 1474/2015

2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12 – Prestação de Contas de Ordenador 2014

3. Origem: Casa Militar

4. Responsáveis: Alfrenésio Martins Feitosa – CPF nº 425.842.481-15; Patrícia Ribeiro Brito – CPF nº 792.107.911-34 5. Relator: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito

7. Procurador Constituído: não há

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. CASA MILITAR. EXERCÍCIO DE 2014. A UNIDADE GESTORA NÃO POSSUI AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. APRECIAÇÃO CONFORME PRECEDENTES DO TCE/TO. IMPROPRIEDADES RESSALVADAS. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVAS. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas de Ordenador de Despesas da Casa Militar, referente ao exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade do Sr. Alfrenésio Martins Feitosa, Secretário-Chefe à época, tendo como responsável, ainda, a Sra. Patrícia Ribeiro Brito, Contadora à época, encaminhada a esta Corte de Contas nos termos do artigo 33, inc. II, da Constituição Estadual, art. 1º, inc. II, da Lei nº 1.284/2001 e artigo 37 do Regimento Interno.

Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens

e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 71, II, da Constituição Federal.
Considerando que a unidade gestora em apreciação não possui autonomia orçamentária e financeira, sendo dependente de repasses do tesouro estadual para honrar seus compromissos. Considerando os precedentes deste Tribunal exarados em prestações de contas de órgãos estaduais, referentes ao exercício de 2014.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 33, IV da Constituição Estadual, art. 1º, II da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 71 e seguintes do Regimento Interno do TCE/TO, em:

8.1. Julgar REGULARES COM RESSALVAS as contas de ordenador de despesas da Casa Militar, relativas ao exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade do Sr. Alfrenésio Martins Feitosa, Secretário-Chefe à época, tendo como responsável, ainda, a Sra. Patrícia Ribeiro Brito, Contadora à época, com fundamento no artigo 85, II, e art. 87 da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 76 do Regimento Interno, dando-lhes quitação.
8.2. Determinar ao(à) atual gestor(a) da Casa Militar, a adoção de medidas necessárias à correção dos procedimentos inadequados analisados nos autos e evite reincidir nas falhas apontadas, caso ainda se encontrem pendentes de regularização.
8.3. Alertar ao(à) atual gestor(a) da Casa Militar que a partir do exercício de 2017, a ressalva dos déficits, seja ele orçamentário, financeiro ou patrimonial, bem como o cancelamento dos empenhos e a escrituração das referidas despesas no sistema patrimonial, para os órgãos não arrecadadores, ficará condicionada à demonstração das providências adotadas pelo gestor com vistas ao contingenciamento das despesas prescindíveis/discricionárias e a condução do orçamento de maneira equilibrada.

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 151/2018 Pleno

1. Processo nº: 7943/2015, anexo: 1793/2013 1.1. Anexo nº: 1793/2013 (Prestação de Contas de Ordenador 2012)
2. Classe de assunto: 01 - Recurso 2.1. Assunto: 01 – Recurso Ordinário
3. Responsável: Zullias Parente Amoury, CPF: nº 222.501.312-87 – Gestor
4. Órgão: Câmara Municipal de Tocantinópolis-TO
5. Relator: Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar 5.1. Relator da deliberação recorrida: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos: Eliene Silva de Almeida – OAB/TO 1784

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR JULGADAS IRREGULARES. APLICAÇÃO DE MULTAS. EXERCÍCIO DE 2012. CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS/TO. CONHECIMENTO. TEMPESTIVIDADE. CABIMENTO. DÉFICIT FINANCEIRO DE POUCA EXPRESSIVIDADE. DIVERGÊNCIAS CONTÁBEIS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ÓRGÃO PÚBLICO. FALHA SANÁVEL. REDUÇÃO DE MULTA. PERMANÊNCIA DE IRREGULARIDADES DE NATUREZA GRAVISSIMA. DESCUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 29-A, INCISO I E ARTIGO 29, INCISO VI, ALÍNEA 'B', AMBOS DA CRFB/88. MANUTENÇÃO PARCIAL DA DECISÃO VERGASTADA. MANTER IRREGULARIDADE DAS CONTAS. PROVIMENTO PARCIAL. PUBLICAÇÃO. REMESSA AO CARTÓRIO DE CONTAS.

8. Decisão VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 7943/2015, anexo: 1793/2013, os quais tratam-se de Recurso Ordinário interposto pelo Zullias Parente Amoury, gestor, em face do Acórdão nº 653/2015, datado de 02/06/2015, disponibilizado no Boletim Oficial nº 1409, de 15/06/2015, prola tado pela 2ª Câmara Julgadora, nos autos nº 1793/2013 (Prestação de Contas de Ordenador), que julgou irregulares as contas anuais do ordenador, referente ao exercício financeiro de 2012, da Câmara Municipal de Tocantinópolis-TO, de responsabilidade do senhor Zullias Parente Amoury, e aplicou- -lhe multa, e
Considerando que foram atendidos os requisitos de admissibilidade legalmente previstos para o Recurso Ordinário, quais sejam: o cabimento da espécie recursal, a legitimidade, o interesse para recorrer e a tempestividade;
Considerando que o presente recurso não foi capaz de ilidir todas as irregularidades averiguadas quando da análise das contas;
Considerando que compete ao gestor resguardar a efetiva observância aos princípios e regras constitucionais, legais e regulamentares, valendo-se de suas prerrogativas para fiscalizar e prevenir a ocorrência da irregularidade apurada.
Considerando as razões e fundamentos expostos no Voto do Relator, o qual é parte integrante desta decisão;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão Plenária, ante às razões expostas pelo Relator, com

fundamento nos artigos 46 e 47, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 1.284, de 2001, c/c o artigo 229 do Regimento Interno deste Tribunal, em adotar as seguintes providências:

8.1. **Conheça do presente Recurso Ordinário interposto pelo senhor Zullias Parente Amoury, Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Tocantinópolis-TO – Exercício Financeiro de 2012**, com fundamento nos artigos 42, inciso I, 43, 46 e 47 da Lei Estadual nº 1.284/2001 , para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo-se a multa aplicada ao Gestor no item 8.3 do Acórdão nº 653/2015-TCE/TO-2ª Câmara, de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) para R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) permanecendo as seguintes irregularidades e multas:

i) Despesas do Legislativo acima do limite constitucional máximo estabelecido no art. 29-A, inciso I, da CRFB/88 (multa de R$ 2.000,00)
ii) Despesas irregulares com Recebimento de verbas a maior, no valor de R$ 3.177,48, em desacordo como o artigo 29, inciso VI, alínea 'b', da CRFB/88 (multa de R$ 700,00)

8.2. Excluir o item 8.4 do Acórdão nº 653/2015-TCE/TO-2ª Câmara, em razão da ressalva e exclusão das multas aplicadas, referente as impropriedades constantes do referido item, e ainda, excluir o senhor Joacy Wanderley de Sousa, Contador à época do item 8.5, mantendo os demais termos do referido Acórdão, inclusive a irregularidade das contas anuais de ordenador, referente ao exercício financeiro de 2012, da Câmara Municipal de Tocantinópolis-TO:

8.3 do Acórdão nº 653/2015-TCE/TO-2ª Câmara, de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) para R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) permanecendo as seguintes irregularidades e multas: i) Despesas do Legislativo acima do limite constitucional máximo estabelecido no art. 29-A, inciso I, da CRFB/88 (multa de R$ 2.000,00) ii) Despesas irregulares com Recebimento de verbas a maior, no valor de R$ 3.177,48, em desacordo como o artigo 29, inciso VI, alínea 'b', da CRFB/88 (multa de R$ 700,00)

8.5, mantendo os demais termos do referido Acórdão, inclusive a irregularidade das contas anuais de ordenador, referente ao exercício financeiro de 2012, da Câmara Municipal de Tocantinópolis-TO:

ACÓRDÃO Nº 4/2018 – TCE/TO 1ª CÂMARA

1. Processo nº: 3201/2016 1.1. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 1.2. Assunto: 12. Prestação de contas anual de ordenador de despesa. Exercício de 2015

2. Responsável: Derli Pellenz – CPF/MF nº 336.128.030-34

3. Órgão: Câmara Municipal de Alvorada 3.1. Entidade: Município de Alvorada/ Tocantins
4. Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes
5. Representante do Ministério Público de Contas: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
6. Procurador constituído: Não atuou

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR DE DESPESA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA/TOCANTINS. CONTAS REGULAR COM RESSALVA. APURAÇÃO DE DEFICIT PATRIMONIAL DE POUCA EXPRESSIVIDADE. FALHA CONTÁBIL QUE NÃO MACULA A GESTÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO. RECOMENDAÇÃO. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: VISTOS, discutidos e relatados os presentes autos que tratam de prestação de contas de Derli Pellenz – CPF/MF nº 336.128.030-34, na condição de ordenador de despesa da Câmara Municipal de Alvorada no exercício financeiro de 2015, enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO na conformidade do artigo 33, inciso II, da Constituição Estadual e dos arts. 1º, inc. II, e 73 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001.

Considerando que compete constitucionalmente ao TCE/TO julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no art. 33, inc. II da Constituição Estadual;
Considerando que no respectivo período não foi realizada auditoria na unidade jurisdicionada;
Considerando que os elementos constantes dos autos não demonstram a ocorrência de impropriedades que caracterizam infração às normas legais e regulamentares, passíveis de prejudicar a regularidade das contas; e
Considerando, finalmente, os argumentos e a fundamentação constante do Voto do Conselheiro Relator.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

8.1. Julgar REGULAR COM RESSALVAS as contas anuais prestadas por Derli Pellenz – CPF/MF nº 336.128.030-34, na condição de ordenador de despesa da Câmara Municipal de Alvorada no exercício financeiro de 2015, dando-se quitação ao responsável, com fundamento no art.

85, inc. II e art. 87 da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c o art. 76 do Regimento Interno - RITCE/TO.

ACÓRDÃO Nº 160/2018 – TCE/TO 1ª CÂMARA

1. Processo nº: 3049/2016

2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12. Prestação de Contas de Ordenador 2015

3. Responsável: Eric Moreira Gossenheimer – CPF nº 011.349.101-85

4. Entidade: Município de Lagoa da Confusão - TO 4.1 Órgão: Secretaria de Turismo e Cultura de Lagoa da Confusão - TO

5. Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes

6. Ministério Público de Contas: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes

7. Procurador constituído nos autos: não constituído

EMENTA: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESA. EXERCÍCIO DE 2015. APURAÇÃO DE DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL. IMPROPRIEDADE DE POUCA RELEVÂNCIA UMA VEZ QUE ESTÃO DENTRO DO LIMITE DE TOLERANCIA DESTA CORTE DE CONTAS. RECOMENDAÇÕES. REGULARES COM RESSALVAS. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: VISTOS, discutidos e relatados os presentes autos que tratam da Prestação de Contas de Ordenador de responsabilidade do senhor Eric Moreira Gossenheimer, Gestor da Secretaria de Turismo e Cultura de Lagoa da Confusão - TO, relativo ao exercício de 2015, encaminhado a esta Corte nos termos do art. 33, II da Constituição Estadual, art. 1º, II da Lei nº 1284/2001 e art. 37 do Regimento Interno. Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 71, II, da Constituição Federal.

Considerando que as impropriedades remanescentes não maculam o conjunto da gestão.

Considerando, finalmente, os argumentos e a fundamentação constante do Voto do Conselheiro Relator.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33, II, da Constituição

Estadual, art. 1º, II, da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 71 e seguintes do Regimento Interno do TCE/TO, em:

8.1 julgar regulares com ressalvas as presentes Contas de Ordenador de Despesas de responsabilidade do senhor Eric Moreira Gossenheimer, Gestor da Secretaria de Turismo e Cultura de Lagoa da Confusão - TO, relativa ao exercício de 2015, dando quitação ao responsável, com fundamento nos artigos 85, inciso II e 87 da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c o artigo 76 do Regimento Interno;

ACÓRDÃO TCE-TO Nº 6/2018 1ª Câmara

1. Processo nº: 3165/2016

2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12. Prestação de Contas de Ordenador 2015

3. Responsáveis: Nefertite Nogueira de Sousa Lourenço – CPF nº 596.471.911- 20 – gestora do período de 01.01.2015 a 12.04.2015 e Sueli Soares de Almeida – CPF nº 264.837.931-20 – gestora no período de 13.04.2015 a 31.12.2015

4. Entidade: Município de Cariri do Tocantins 4.1 Órgão: Fundo de Educação de Cariri do Tocantins

5. Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes

6. Ministério Público de Contas: Procurador-Geral de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues

7. Procurador constituído nos autos: não atuou

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESA. EXERCÍCIO 2015. FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS. APURAÇÃO DE DEFICIT ORÇAMENTÁRIO DE POUCA EXPRESSIVIDADE. APURAÇÃO DE FALHA CONTABIL QUE NÃO MACULA A GESTÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. RECOMENDAÇÃO. QUITAÇÃO.

1. A existência de falhas de natureza contábil que não comprometa o fechamento das contas, bem como a existência de déficit orçamentário e financeiro de pouca expressividade podem ser objeto de ressalva.

2. O julgamento pela regularidade com ressalva das contas, implica expedição de quitação ao responsável sem prejuízo de determinação da adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

8.Decisão: VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3165/2016, que versam sobre prestação de contas de ordenador de despesas da senhora Nefertite Nogueira de Sousa Lourenço, então gestora do Fundo de Educação de Cariri do Tocantins, referente ao período de 01.01.2015 a 12.04.2015, bem como da prestação de contas senhora Sueli Soares de Almeida, também gestora do citado fundo no período de 13.04.2015 a 31.12.2015, encaminhadas a esta Corte para fins do disposto no artigo 33, inciso II da Constituição Estadual, artigo 1°, inciso II da Lei Estadual n° 1.284/2001, artigo 37 do Regimento Interno, nos termos da Instrução Normativa TCETO nº 07/2013. Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 33, inciso II da Constituição Estadual.
Considerando o disposto no artigo 85, inciso II e no artigo 87 da Lei Orgânica deste TCE, Lei Estadual n° 1.284/2001.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

8.1. julgar regulares com ressalvas as presentes contas de ordenador de despesas da senhora Nefertite Nogueira de Sousa Lourenço, então gestora do Fundo de Educação de Cariri do Tocantins, referentes ao período de 01.01.2015 a 12.04.2015, bem como a prestação de contas senhora Sueli Soares de Almeida, também gestora do citado fundo no período de 13.04.2015 a 31.12.2015, dando-se quitação as responsáveis, com fundamento nos artigos 85, inciso II e 87 da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c o artigo 76 do Regimento Interno;

ACÓRDÃO Nº 376/2018 – TCE 1ª Câmara

1. Processo nº: 4471/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12 – Prestação de Contas de Ordenador 2015
3. Origem: Secretaria da Comunicação Social
4. Responsáveis: Rogério da Silva Souza –CPF nº 486.323.921-15, gestor à época; Ismael Nunes da Silva Júnior – CPF nº 888.604.341-49, Diretor Administrativo e Financeiro à época; Wagner Fagundes Oliveira – CPF nº 709.870.251-04, contador à época.
5. Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes

6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito
7. Procurador Constituído: não há

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. EXERCÍCIO DE 2015. A UNIDADE GESTORA NÃO POSSUI AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. APRECIAÇÃO CONFORME PRECEDENTES DO TCE/TO. **IMPROPRIEDADES RESSALVADAS.** CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVAS. QUITAÇÃO.

8. DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas de Ordenador de Despesas da Secretaria da Comunicação Social, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade Senhor Rogério da Silva Souza, Secretário à época encaminhada a esta Corte de Contas nos termos do artigo 33, inc. II, da Constituição Estadual, art. 1º, inc. II, da Lei nº 1.284/2001 e artigo 37 do Regimento Interno. Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 71, II, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade gestora em apreciação não possui autonomia orçamentária e financeira, sendo dependente de repasses do tesouro estadual para honrar seus compromissos. Considerando os precedentes deste Tribunal exarados em prestações de contas de órgãos estaduais, referentes aos exercícios de 2014 e 2015.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 33, IV da Constituição Estadual, art. 1º, II da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 71 e seguintes do Regimento Interno do TCE/TO, em:

8.1. Julgar REGULARES COM RESSALVAS as contas de ordenador de despesas da Secretaria da Comunicação Social, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Senhor Rogério da Silva Souza, Secretário à época, o Senhor Wagner Fagundes Oliveira, Contador à época e o senhor Ismael Nunes da Silva Júnior com fundamento no artigo 85, II, e art. 87 da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 76 do Regimento Interno, dando-lhes quitação.

8.2. Determinar ao(à) atual gestor(a) da Secretaria da Comunicação Social, a adoção de medidas necessárias à correção dos procedimentos inadequados analisados nos autos e evite reincidir nas falhas apontadas, caso ainda se encontrem pendentes de regularização.

8.3. Alertar ao(à) atual gestor(a) da Secretaria da Comunicação Social que a partir do exercício de 2017, a ressalva dos déficits, seja ele orçamentário, financeiro ou patrimonial, bem como o cancelamento dos empenhos e a escrituração das referidas despesas no sistema patrimonial, para os órgãos não arrecadadores, ficará condicionada à demonstração das providências adotadas pelo gestor com vistas ao contingenciamento das despesas prescindíveis/ discricionárias e a condução do orçamento de maneira equilibrada.

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 18/2018 2ª Câmara

1. Processo nº: 2738/2016

2. Classe de Assunto: 4. Prestação de Contas 2.1 Assunto: 12. Prestação de Contas de Ordenador 2015

3. Responsáveis: Cosmo Nascimento Silva - Gestor, CPF: 648.462.291-49 Dilva Lima Dos Santos - Controle Interno, CPF: 808.227.381-04 Clodomir Mendes de Sousa - Contador, CPF: 361.243.111-00

4. Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social de Xambioá - TO

5. Relator: Conselheiro Substituto Adauton Linhares da Silva 6. Representante do Ministério Público: Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida

7. Procurador Constituído nos autos: Não há

EMENTA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAMBIOÁ/TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. EXERCÍCIO DE 2015. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO COBERTO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR. DÉFICIT FINANCEIRO DE BAIXA EXPRESSIVIDADE. CONSONÂNCIA ENTRE OS SALDOS BANCÁRIOS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL.

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de nº 2738/2016, que tratam da Prestação de Contas de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social de Xambioá - TO, referente ao exercício de 2015, sob a gestão do Senhor Cosmo Nascimento Silva,

Gestor à época. As contas foram apresentadas a este Tribunal em 29/02/2016, por meio do SICAP/Contábil, nos termos da Instrução Normativa TCE/TO nº 07/2013, com tramitação efetuada por forma eletrônica, conforme Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2012. Registro que não houve auditoria abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2015 no Fundo Municipal de Assistência Social de Xambioá - TO.
Considerando que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;
Considerando que na presente prestação de contas foram verificadas a existência de irregularidades;
Considerando que os responsáveis foram devidamente citados para o exercício constitucional do contraditório e da ampla defesa;
Considerando o entendimento contido no Parecer nº 1.405/2017, do Corpo Especial de Auditores e no Parecer nº 2105/2017 do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso II; 10, inciso I; 85, inciso II e 87 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c artigo 76 do Regimento Interno desta Corte de Contas, em:

8.1 julgar regulares com ressalvas as contas de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social de Xambioá - TO, sob a gestão do Senhor Cosmo Nascimento Silva, Gestor à época, referente ao exercício de 2015, com fundamento nos artigos 10, I; 85, II e 87 da Lei Estadual nº 1.284/2001, concedendo quitação ao responsável, nos termos do supracitado artigo 87, e § 2º do artigo 76 do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas e, faço as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:
1) Divergência entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida Flutuante;
2) Déficit Financeiro no valor de R$ 1.619,85, considerando a representatividade deste valor (R$ 1.619,85) em relação a Receita Total

gerida pelo Fundo do exercício de 2015, na ordem de R$ 1.485.871,26, encontra-se um percentual de 0,11%;

3) Irregularidades referentes ao não envio das informações dos bens que compõem o Ativo Imobilizado.

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 72/2018 – Pleno

1. Processo nº: 13830/2016 1.1 Anexos nº: 2517/2014 (Prestação de Contas de Ordenadora – Exercício 2013)

2. Classe de assunto: 01 – Recurso 2.1. Assunto: 01 – Recurso Ordinário

3. Responsável: Dulce Maria Palma Pimenta Furlan (CPF nº 466.789.051-72), gestora de 01/07/2013 a 31/12/2013

4. Órgão: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos de Gurupi - IPASGU

5. Relator: Conselheiro Substituto José Ribeiro da Conceição 5.1. Relator da deliberação recorrida: Conselheiro José Wagner Praxedes

6. Representante do Ministério Público de Contas: Procuradora de Contas Litza Leão Gonçalves

7. Procurador constituído nos autos: Mery Abi-Jaudi Ferreira Lopes OAB/TO nº 572-A e OAB/GO nº 2.814; Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315-A e OAB/GO nº 10.680; Lilian Abi-Jaudi Brandão Colussi, OAB/TO nº 1.824; Adriana Abi-Jaudi Brandão, OAB/TO nº 1.998 e Dídimo Heleno Póvoa Aires, OAB/ TO n° 4.883-B

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR. INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE GURUPI-TO. EXERCÍCIO DE 2013. IMPROPRIEDADE DE POUCA RELEVÂNCIA. REGULARES COM RESSALVA. QUITAÇÃO.

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 13830/2016, anexo nº 2517/2014 versando sobre Recurso Ordinário interposto pela senhora Dulce Maria Palma Pimenta Furlan, gestora de 01/07/2013 a 31/12/2013, em face do Acórdão nº 816/2016, datado de 27/09/2016, disponibilizado no Boletim Oficial nº 1708, de 28/09/2016, prolatado pela 1ª Câmara Julgadora, nos autos nº 2517/2014, por meio do qual este Tribunal de Contas julgou irregular as contas da senhora Dulce Maria Palma Pimenta Furlan e aplicou-lhe multa.

Considerando que foram atendidos os requisitos de admissibilidade previstos para recurso ordinário, quais sejam: cabimento da espécie recursal, legitimidade, interesse para recorrer tempestividade;

Considerando que a razão do presente recurso elide a irregularidade apontada no Acórdão recorrido;

Considerando que a impropriedade analisada nos presentes autos não macula o conjunto da gestão.
Considerando o entendimento do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público de Contas;
Considerando, sobretudo, o teor do Voto exarado nos presentes autos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Ses são Plenária, ante às razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 46 e 47, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 1.284, de 2001, c/c o artigo 229 do Regimento Interno deste Tribunal, em adotar as seguintes providências:

8.1. Conhecer do Recurso Ordinário interposto pela senhora Dulce Maria Palma Pimenta Furlan, gestora de 01/07/2013 a 31/12/2013, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Gurupi-TO – IPASGU, com fundamento nos arts 42, I e 46, todos da Lei nº 1.284/2001, para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a reformar o Acórdão nº 816/2016-TCE/TO - 1ª Câmara, datado de 27/09/2016, disponibilizado no Boletim Oficial nº 1708, de 28/09/2016, para julgar regulares com ressalvas as contas referentes ao exercício financeiro 2013, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Gurupi-TO – IPASGU, de responsabilidade da senhora Dulce Maria Palma Pimenta Furlan, gestora de 01/07/2013 a 31/12/2013, com fundamento no art. 85, II da Lei nº 1.284/2001 c/c o art. 76 do Regimento Interno deste Tribunal, dando-se quitação à responsável, excluindo-se a multa aplicada no item 8.2 do Acórdão nº 816/2016-TCE/TO – 1ª Câmara.
8.2. Determinar a publicação desta decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 27 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c o art. 341, § 3º do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que surtam os efeitos legais e necessários;
8.3. Recomendar ao atual ordenador de contas que efetue o adequado planejamento das receitas e despesas, evitando-se assim a ocorrência de déficits;

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 68/2018 2ª Câmara

1. Processo nº:8490/2016
2. Classe de Assunto:4. Prestação de Contas 2.1 Assunto:12. Prestação de Contas de Or denador 2015
3. Responsáveis:Irio Oliveira Sousa Filho - Gestor, CPF: 435.577.591-72; Vivaldo Gomes Feitosa - Controle Interno, CPF: 485.063.891-00; Darionildo da Silva Sampaio - Contador, CPF: 436.126.013-34.

4. Órgão:Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins
5. Relator:Conselheiro Substituto Adauton Linhares da Silva
6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Dr. José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos:Não há

EMENTA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS/TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. EXERCÍCIO DE 2015. SUPERÁVIT FINANCEIRO. CUMPRIU OS 15% EM SAÚDE, APLICANDO 21,69% EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO REPRESENTANDO 2,68% DO TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS. INCONSISTÊNCIAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL.

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de nº 8490/2016 que tratam da Prestação de Contas de Ordenador do Senhor Irio Oliveira Sousa Filho, gestor à época do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins, referente ao exercício financeiro de 2015.
Registro que não houve auditoria abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2015 no Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins. Considerando que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;
Considerando os Pareceres nºs 1485/2017 e 2238/2017, do Corpo Especial dos Auditores e do Ministério Público junto a este Tribunal;
Considerando ainda tudo mais que dos autos consta:

ACORDAM os Conselheiros do Tri bunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 10, inciso I; 85, inciso II e 87 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, em:

8.1 julgar regulares com ressalvas as contas de Ordenador de Despesas prestadas pelo Senhor Irio Oliveira Sousa Filho, Gestor à época do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Tocantins, referente ao exercício de 2015, com fundamento nos artigos 10, I; 85, II e 87 da Lei

Estadual nº 1.284/2001, concedendo quitação ao responsável, nos termos do supracitado artigo 87, e § 2º do artigo 76 do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo do reexame da matéria à vista de novos elementos que porventura venham a ser trazidos à apreciação por esta Corte de Contas e, faço as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) Inconsistência na inserção de ações vinculadas a outras Unidades Orçamentárias nos arquivos do Fundo Municipal de Saúde, em desacordo com os valores constantes na Lei Orçamentária Anual;

2) Déficit Orçamentário na ordem de R$ 61.613,24, em desconformidade ao art. 1º, §1º c/c art. 9º da LRF e art. 48, inciso "b" da Lei nº 4.320/64, representando 2,68% em relação ao total dos recursos recebidos;

3) Divergência entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida Flutuante, em descumprimento aos arts. 83 a 100 da Lei Federal 4.320/1964; 4) Diferença entre o imobilizado evidenciado no "Balanço Patrimonial" e o arquivo "Ativo Bem Imobilizado.xml", no valor de R$ 521.836,13 e ausência de apresentação da Relação dos Bens do Ativo Imobilizado;

5) Divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeiro com o total das despesas no valor de R$ 146.900,94, em descumprimento ao art. 83 da Lei Federal nº 4.320/64. 8.1.2

ACÓRDÃO Nº 919/2017 –TCE/TO 1ª Câmara

1. Processo nº: 3079/2016

2. Classe de assunto: 04 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12 – Prestação de Contas de Ordenador – Exercício 2015

3. Responsáveis: Eliane Campos de Araújo Oliveira – CPF: 533.085.141-68 – Gestora (18/08/2015 a 2016); Maria Luiza Felizola Leão Gomes - CPF: 268.302.135-68 – Gestora (01/01/2013 a 17/08/2015); Dulcelio Stival – CPF: 195.367.801-78 - Controle Interno (10/02/2015 a 29/03/2015); Ângela de Sousa Torres – CPF: 421.464.963-04 - Controle Interno (30/03/2015 a 2016); Tiago Rodrigues de Morais - CPF: 041.233.561-17 – Contador (12/03/2015 a 15/12/2015); e Valeria Silva Biângulo – CPF: 013.498.191-07 – Contadora (05/01/2016 a 15/07/2016)

4. Órgão: Prefeitura de Palmas 4.1. Entidade: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas – TO

5. Relator: Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar 6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído nos autos: não atuou

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PALMAS/TO. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. NÃO COMPROMETIMENTO DA GESTÃO. JULGAR REGULARES COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO. PUBLICAÇÃO. CIÊNCIA DA DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS

8. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3079/2016, os quais sobre a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas-TO, relativa ao exercício de 2015, a gestão das Sras. Maria Luiza Felizola Leão Gomes – Gestora (01/01/2015 a 17/08/2015) e Eliane Campos de Araújo Oliveira – Gestora (18/08/2015 a 31/12/2015), encaminhada a esta Corte de Contas nos termos do art. 33, II, da Constituição Estadual, art. 1º, II, c/c art. 73 da Lei Estadual nº 1.284, de 2001, e art. 40 do Regimento Interno desta Corte de Contas, visando o julgamento da responsabilidade da gestora, na condição de ordenadora de despesa.

Considerando a veracidade ideológica presumida, tendo em vista que não foi auditado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas- -TO, no exercício de 2015, e a presente análise pautou-se apenas nos documentos apresentados.

Considerando que os apontamentos trazidos no item 9.2 deste Voto (cancelamento de restos a pagar), bem como o inciso 1 do item 9.4.3 (déficit orçamentário), constituem ocorrências de natureza formal passiveis de ressalva, pois não comprometeram a gestão em análise;

Considerando que a decisão definitiva em processo de prestação de contas ou tomada de contas especial não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, nos quais constem como responsáveis os mesmos gestores, conforme art. 73, § 2º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

Considerando, parcialmente, o posicionamento exarado no Parecer nº 1.598/2017, do Corpo Especial de Auditores e Parecer nº 2.267/2017 do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, manifestando que esta Corte de Contas poderá julgar regulares com ressalvas as contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas-TO, nos termos do art. 85, inciso II, da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, em:

8.1. Julgar regulares com ressalvas as contas das ordenadoras de despesas, sob a gestão das Sras. Maria Luiza Felizola Leão Gomes – Gestora (01/01/2015 a 17/08/2015) e Eliane Campos de Araújo Oliveira – Gestora (18/08/2015 a 31/12/2015), responsáveis pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmas-TO, referentes ao exercício financeiro de 2015, objeto dos presentes autos, com fundamento no artigo 85, inciso II da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c o artigo 76 do Regimento Interno;

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 928/2017 2ª CÂMARA

1. Processo nº: 1750/2015
2. Classe de assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12 - Prestação de Contas de Ordenador – 2014
3. Órgão: Câmara Mun. de Porto Nacional - CNPJ nº: 04.275.471/0001-63

4. Responsáveis:Geylson Neres Gomes, Gestor à época - CPF: 872.973.371-53 Savia Andrea Mecena Matos, Controle Interno à época – CPF: 974.782.291-15 Cleydson Costa Coimbra – Contador à época – CPF: 709.837.801-10
5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes
6. Corpo de Auditores:Fernando César Benevenuto Malafaia
7. Rep. do Min. Público: Procuradora de Contas Raquel M. S. D. Almeida
8. Procurador constituído: Não consta

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL - TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO E SUBSIDIO DE VEREADOR REGULARES. PRINCÍPIO DA RAZOABILIADADE E PROPORCIONALIDADE. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. APLICAÇÃO DE MULTA. QUITAÇÃO AO CONTROLE INTERNO. CIÊNCIA DA DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS.

9. Decisão:

9.1. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Porto Nacional - TO, relativa ao exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade do

Sr. Geylson Neres Gomes- Gestor à época; da Sra. Savia Andrea Mecena Matos, Representante do Controle Interno à época; e do Sr. Cleydson Costa Coimbra – Contador à época, encaminhada a esta Corte de Contas, nos termos do art. 33, II, da Constituição Estadual; art. 1º, II, da Lei nº 1.284/2001, e art. 37, do Regimento Interno. 9.2. Considerando que compete ao Tribunal de Contas julgar as contas prestadas anualmente pelos Ordenadores de Despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, da administração direta e indireta, na conformidade do art. 33, II, da CE, art. 1º, II, da Lei nº 1.284/2001; 9.3. Considerando que as contas serão irregulares quando comprovada a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, conforme determina o art. 85, inciso III, da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001.

9.4. Considerando que, julgada a prestação de contas anual, não restará pre judicada a análise formal de contratos, sem prejuízo, quando for o caso, de eventual análise do reexame das respectivas contas para apreciação de fato novo relativo ao dano causado ao patrimônio público, conforme art. 101, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

9.5. É cediço que compete ao gestor resguardar a efetiva observância aos princípios e regras constitucionais e legais, valendo-se de suas prerrogativas para fiscalizar e prevenir a ocorrência da irregularidade apurada.

9.6. Considerando que as impropriedades e inconsistências detectadas nos autos não possuem condão para macular as presentes contas.

9.7. Pelo exposto, face a análise efetuada no voto, e discordando dos pareceres exarados pelo Corpo Especial de Auditores e a douta Procuradoria Geral de Contas, propugnamos a esta 2ª Câmara, VOTAR no sentido de adotar as seguintes providências:

9.8. Julgue REGULAR COM RESSALVAS, COM APLICAÇÃO DE MULTA, a Prestação de Contas de Ordenador de Despesas Câmara de Porto Nacional -TO, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade dos senhores Geylson Neres Gomes, Gestor à época, Savia Andrea Mecena Matos, Controle Interno à época, e Cleydson Costa Coimbra, Contador à época. 9.9. Aplique ao senhor Geylson

Neres Gomes, Gestor à época, multa no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais), sendo R$ 1.000,00 para cada uma das impropriedades listadas abaixo, com base nos arts. 37 e 39, II e III da Lei nº 1.284/2001 c/c os arts.156, I, 157, § 1º, 159, II, do Regimento Interno, a serem recolhidas à conta do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, na conformidade dos art. 167 e 168, III, da Lei nº 1.284/2001.

I. Despesa da Câmara Municipal resultou em R$ 3.408.787,80, atingindo o índice de 7,13% da receita base de cálculo.

II. Déficit de execução orçamentária no valor de R$ 58.653,57, que representa o percentual de 1,75% em relação a receita arrecadada.

III. Déficit Financeiro no valor de R$ 58.091,98, que representa o percentual de 1,73% em relação a receita gerida.

9.10. Aplique ao senhor Cleydson Costa Coimbra, Contador à época, multa no valor total de R$ 1.000,00 (hum mil reais), sendo R$ 500,00 para cada uma das impropriedades listadas abaixo, com base nos arts. 37 e 39, II e III da Lei nº 1.284/2001 c/c os arts.156, I, 157, § 1º, 159, II, do Regimento Interno, a serem recolhidas à conta do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, na conformidade dos art. 167 e 168, III, da Lei nº 1.284/2001.

Merece destaque também o caso em que essa Corte de Contas apreciou a prestação de contas relativas ao exercício de 2012 do **FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TCE/TO, referente a gestão do responsabilidade dos Senhores Severiano José Costandrande de Aguiar – Ex-Presidente, no período de 01/01 a 05/02/2013 e José Wagner Praxedes – Presidente, no período de 06/02 a 31/12/2013,** emitiu acórdão pela sua REGULARIDADE **(SEM RESSALVAS),** MESMO TENDO HAVIDO NO EXERCÍCIO DE 2012 A INCIDÊNCIA DE **DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO NA SOMA DE R$ 89.641,87, O QUAL REPRESENTA A MARGEM DE 15,68% DA RECEITA ARRECADADA (R$ 571.507,19). Portanto, bem maior à margem do déficit orçamentário ocorrido na gestão de 2011 da CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS que foi de 9,43%, senão vejamos:**

ACÓRDÃO Nº 58/2014 – TCE/TO 2ª Câmara

1. Processo nº: 1159/2013; apenso: 625/2013

2. Classe de assunto: 4 - Prestação de Contas 2.1. Assunto: 12 - Prestação de Contas de Ordenador de Despesas Exercício de 2012

3. Responsável: Severiano José Costandrade de Aguiar – CPF 337.827.923-00, Gestor à época 4. Órgão: Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE/TO

4.1. Entidade: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

5. Relatora: Conselheira Leide Maria Dias Mota Amaral 6. Representante do Ministério Público: Procuradora Geral de Contas Litza Leão Gonçalves

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESAS. FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TCE/TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. INEXISTÊNCIA DE FALHAS E IRREGULARIDADES DE NATUREZA GRAVE. CONTAS REGULARES. QUITAÇÃO.

7. Decisão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Anual de Ordenador de Despesas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE/TO, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. Severiano José Costandrade de Aguiar, Gestor à época.
Considerando que constitucionalmente compete ao Tribunal de Contas julgar as contas prestadas anualmente pelos Ordenadores de Despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta; Considerando que não foi evidenciada inconsistências relevantes no desempenho das ações administrativas que viesse a comprometer a essência das contas em análise;
Considerando que as irregularidades detectadas nos autos foram justificadas a contento, assim, não tem o condão de macular a presente prestação de contas.
Considerando, ainda, a análise realizada pelos técnicos desta Corte de Contas, os pareceres emitidos pelo Corpo Especial de Auditores e Ministério Público junto ao TCE/TO.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão Plenária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 10, inciso I, e 86 da Lei nº 1.284/2001, c/c art. 75 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI-TCE/TO), em:
7.1 Julgar regulares as Contas de Ordenador de Despesas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE/TO, relativa ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. Severiano José Costandrade de Aguiar, Gestor à época, nos termos dos arts. 10, I, 85, I e 86 da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 75, parágrafo único do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITCE/TO), dando--lhe quitação plena ao responsável indicado nos autos.

As anotações do RELATÓRIO DE ANÁLISE da prestação de contas do caso acima são as seguintes:

8. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (fls. 048) demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, atendendo à administração como instrumento de auxílio no controle da legalidade e eficiência das operações realizadas, bem como no desempenho da administração e no emprego dos recursos públicos.

O Balanço Orçamentário, no exercício de 2012, apresentou-se da seguinte forma:

Quadro 2 – Balanço Orçamentário

Receitas				Despesas			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixada	Execução	Diferença
Rec. Corrente	491.992,00	571.507,199	79.515,19	Créd. Orc. e Suplementar	607.574,00	481.865,32	-125.708,68
Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	Transf. Financ. Conc.	0,00	0,00	0,00
Transf. Fin. Recebidas.	0,00	0,00	0,00				
Superávit Exerc. Anterior	115.582,00	115.582,00	-115.582,00				
Soma	607.574,00	571.507,19	-36.066,81	Soma	607.574,00	481.865,32	-125.708,68
Déficit	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	89.641,87	0,00
Total	607.574,00	571.507,19	-36.066,81	Total	607.574,00	571.507,19	-125.708,68

Fonte: anexo 12, fl. 048.

Confrontando a despesa executada de R$ 481.865,32, com a receita realizada: R$571.507,19, observa-se que, em 2010, houve um déficit de execução orçamentária no valor de R$89.641,87.

Mister se faz ressaltar o julgamento da prestação de contas pela REGULARIDADE (SEM RESSALVAS), do exercício financeiro de 2013, do FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TCE/TO.

Vejamos o teor do acórdão:

ACÓRDÃO TCE/TO Nº 522/2014 1ª Câmara

1. Processo nº: 1416/2014

2. Grupo: 04 - Prestação de Contas 2.1. Classe de Assunto: 12 - Prestação de Contas de Ordenador – Exercício de 2013

3. Responsáveis: Severiano José Costandrande de Aguiar – Ex-Presidente (01/01/2013 a 05/02/2013); (José Wagner Praxedes – Presidente (Período: 06/02/2013 A 31/12/2013); Claudeci Bandeira Brito - Diretor Geral de Controle Interno e Luciano Sampaio Moreira - Contador

4. Órgão: Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE 4.1 Entidade: Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE

5. Relator: Auditor em Substituição a Conselheiro Leondiniz Gomes
6. Representante do M. P.: Procuradora-Geral de Contas Litza Leão Gonçalves
7. Procurador constituído nos autos: não há

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TCE. OS BALANÇOS APRESENTAM ADEQUADAMENTE A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.REGULARIDADE.

8 Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos de nº. 1416/2014, os quais versam sobre a Prestação de Contas de Ordenador de Despesa referente ao exercício de 2013, do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, relativa ao exercício de 2013, sob a responsabilidade dos Senhores Severiano José Costandrande de Aguiar – Presidente, à época - (Período de 01/01 a 05/02/2013) e José Wagner Praxedes – Presidente - (Período de 06/02 a 31/12/2013), encaminhado a esta Corte nos termos do art. 33, II da Constituição Estadual, art. 1º, II c/c Art. 73, da Lei Estadual nº 1248/2001 - Lei Orgânica do TCE – e art. 40 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, visando o julgamento da responsabilidade dos gestores, na condição de Ordenadores de Despesa.

Considerando que compete constitucionalmente ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, consoante o disposto no artigo 71, II da Constituição Federal;

Considerando que foram observados os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública e os balanços apresentam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, em 31 de dezembro de 2013.

Considerando que a decisão definitiva em processo de Prestação Tomada de Contas ou Tomada de Contas Especial Anual não constituirá fato impeditivo da aplica- ção de multa ou imputação de débito em outros processos nos quais constem como responsáveis os mesmos gestores, conforme art. 73, § 2º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

Considerando que, julgada a prestação de contas anual, não restará prejudicada a análise formal de contratos, sem prejuízo, quando for o caso, de eventual análise do reexame das respectivas contas para

apreciação de fato novo relativo a dano causado ao patrimônio público, conforme art. 101, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
Considerando o posicionamento exarado no Parecer nº 1380/2014, do Corpo Especial de Auditores, e no Parecer nº 1028/2014, do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, manifestando que esta Colenda Corte de Contas poderá julgar regulares as contas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, nos termos do artigo 85, Inciso I, da Lei Estadual nº 1.284/2001.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 33, II, da Constituição Estadual, 1º, inciso II da Lei 1.284/2001 c/c artigo 295, II do Regimento Interno, em:

8.1. julgar regulares as contas apresentadas pelo ordenador de despesas do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE, na responsabilidade dos Senhores Severiano José Costandrande de Aguiar – Ex-Presidente, no período de 01/01 a 05/02/2013 e José Wagner Praxedes – Presidente, no período de 06/02 a 31/12/2013, objeto dos presentes autos, nos termos dos artigos 1º, II, 85, I, 86 e 91, I da Lei nº 1.284/2001;

Vejamos as anotações do relatório de análise das contas, do referido processo:

6.1 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO - LOA

Em análise ao Orçamento Geral, verificamos que o mesmo foi elaborado, aprovado e sancionado pelos Poderes competentes, conforme Lei n.º 2.678, de 20 de dezembro de 2012, estima a receita no montante de R$ 342.000,00 e fixa a despesa em igual valor.

Sinteticamente é assim a composição das receitas e despesas no orçamento com sua previsão atualizada:

TABELA 1. Composição do Orçamento

Categoria Econômica	Tribunal de Contas	Total	%
Despesas Correntes	170.600,00	70.538,17	29,25%
Despesas de Capital	171.400,00	170.639,00	70,75%
Reserva de Contingência	0,00	-	0,00%
Total do Orçamento	**342.000,00**	**241.177,17**	**100,00%**
Receitas Correntes	342.000,00	224.438,29	93,06%
Receitas de Capital	0,00	-	0,00%
Deficit Financeiro	0,00	16.738,88	6,94%
Transf. Financeiras - Repasses	0,00	-	0,00%
Total do Orçamento	**342.000,00**	**241.177,17**	**100,00%**

FONTE: Anexo 12, fls. 42.

Confrontando a despesa executada de R$241.177,17, com a receita realizada R$224.438,29, observa-se que, em 2013, houve um déficit de execução orçamentária no valor de R$16.738,88, suportado pelo saldo financeiro do exercício anterior que foi de R$632.189,66, o qual foi reprogramdo para o exercício de 2013.

A mais vezes, convém assinalar as anotações do voto do relator, *in verbis:*

> 9.10. Definido pelo art. 102 da Lei nº 4.320/641 , na forma do Anexo 12, o Balanço Orçamentário do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, no exercício de 2013. Confrontando a despesa executada com a receita realizada, observa-se que, em 2013, o Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE obteve um déficit de execução orçamentária no valor de R$ 16.738,88.

Assinale, ainda, que a título de exemplo, merece destacar também, o caso da Câmara Municipal de Colméia, EM QUE ESSA CORTE DE CONTAS, TEM RELEVADO A OCORRÊNCIA DE DÉFICITS DE ÓRGÃOS/ENTES QUE NÃO SE CONSTITUEM ARREADORES DE RECURSOS POR NATUREZA, senão vejamos:

ACÓRDÃO TCE/TO N° 370/2013

1ª Câmara

1. Processo nº: 2720/2012 e Apenso nº 5908/2011

2. Classe de Assunto: 04 - Prestação de Contas

2.1. Assunto: 12 - Prestação de Contas de Ordenador – Exercício de 2011

3. Responsáveis: Pedro Félix da Cunha Neto - CPF: 011.209.753-79 – Gestor; Elenilda Portela Messias Martins - CPF: 013.542.621-90 – Controle Interno e Carlos José da Silva - CPF: 586.669.821-87 - Contador

4. Órgão: Câmara Municipal de Colméia - TO

4.1 Entidade: Município de Colméia - TO

5. Relator: Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procuradora de Contas Litza Leão Gonçalves

7. Procurador constituído nos autos: não há

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE FALHAS E IRREGULARIDADES GRAVES. ATENDIMENTO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL E GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO. SUPERÁVIT FINANCEIRO.

8. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº. 2720/2012 e Apenso nº 5908/2011, os quais versam sobre a Prestação de Contas de Ordenador de Despesa, referente ao exercício de 2011, da Câmara Municipal de Colméia -TO, na gestão do Senhor Pedro Félix da Cunha Neto - Presidente, à época dos fatos, encaminhado a esta Corte nos termos do art. 33, II da Constituição Estadual, art. 1º, II c/c art. 73, da Lei Estadual nº 1248/2001 - Lei Orgânica do TCE-TO e art. 40 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, visando o julgamento da responsabilidade do gestor, na condição de Ordenador de Despesa.

Considerando que o déficit orçamentário de R$ 1.491,88, não implicou em passivo a curto prazo sem disponibilidade financeira.

Considerando, do ponto de vista contábil, que foram observados os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública e os balanços apresentam a posição financeira, orçamentária e patrimonial, em 31 de dezembro de 2011.

Considerando que foram atendidos os limites de despesa com pessoal e gastos com a folha de pagamento, e, também, verificou-se a existência do equilíbrio das contas públicas, advindo do resultado de superávit financeiro do exercício.

Considerando o posicionamento exarado no Parecer nº 1101/2013, do Corpo Especial de Auditores e Parecer nº 1167/2013 do Ministério

Público junto ao Tribunal de Contas, manifestando que esta Colenda Corte de Contas poderá julgar regulares com ressalvas as contas da Câmara Municipal de Colméia-TO.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

8.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 10, inciso I, 85, inciso II, e 87 da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, c/c art. 76 do Regimento Interno, julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis supramencionados;

8.2. acolher os termos do Relatório de Auditoria Programada nº 30/2011, processo nº 5908/2011, referentes ao período janeiro a abril de 2011;

8.3. Recomendar ao Gestor da Câmara Municipal de Colméia -TO, que observe as determinações contidas no art. 29-A, da Constituição Federal;

8.4. determinar a publicação desta Decisão no Boletim Oficial do TCE, para que surta os efeitos legais necessários pertinentes ao trânsito em julgado desta decisão.

8.5. determinar a Secretaria da Primeira Câmara que dê ciência da Decisão ao responsável, por meio processual adequado, em conformidade com o art. 10, da Instrução Normativa nº 01/2012;

8.6. encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência. Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da Primeira Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos 25 dias do mês de junho de 2013. (GRIFO NOSSO)

OPORTUNO SE TORNA A DIZER, CONFORME FOI DEMONSTRADO POR JURISPRUDÊNCIAS, QUE ESSA CORTE DE CONTAS TEM RELEVADO A OCORRÊNCIA DE DÉFICITS, SEJA ORÇAMENTÁRIO OU FINANCEIRO, QUANDO ESTES SÃO INCIDENTES EM ORGÃOS/ENTES QUE NÃO SE CONSTITUEM ARRECADADORES DE RECURSOS POR NATUREZA, CONSTITUINDO-SE EM ADMINISTRANTES DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS RECEBIDAS DAQUELES ENTES QUE DE FATO ARRECADAM AS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS. Razão pela qual pede-se consideração e acatamento.

Por outro lado, ESTE SODALÍCIO AO MESMO TEMPO TEM RESSALVADO OS DÉFICITS QUANDO INCIDENTES EM ÓRGÃO ARRECADADORES DE RECEITAS (PODER EXECUTIVO), e estes representam uma margem tida como suportável.

Como o exemplo temos julgamento recente em que esta Corte de Contas, emitiu o parecer prévio nº 210/2014TCE/TO 1ª CÂMARA pela aprovação das contas

consolidadas do Município de Presidente Kennedy relativas ao exercício de 2012, onde nestas o município apresentou déficit orçamentário de R$ 44.186,42 e financeiro na cifra de R$ 37.329,72, vejamos o destaque abaixo:

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2014 - 1ª Câmara

1. Processo nº: 3056/2013
2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas
2.1 Assunto: 02 – Prestação de Contas Consolidadas
3. Responsável: Maria Dalva Medeiros de Sousa – CPF nº 714.326.041-04
4. Entidade: Prefeitura de Presidente Kennedy - TO
5. Relator: Conselheiro Manoel Pires dos Santos
6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-TO. EXERCÍCIO DE 2012. CONTAS CONSOLIDADAS. APURAÇÃO DE DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RESSALVAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO.

8. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os Autos de nº 3056/2013, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Presidente Kennedy - TO, relativas ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão da senhora Maria Dalva Medeiros de Sousa, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, inciso I da Constituição Estadual, artigo 1º, inciso I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO n° 01/2011 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, inciso I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da

Lei Complementar nº 101/00 e artigos 1º, inciso I e100 da Lei nº 1.284/2001.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

Considerando que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

Considerando que o déficit orçamentário e financeiro representa menos de 1% da receita arrecadada pelo município no exercício, e que o Município observou os parâmetros e limites constitucionais e os definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber: limite mínimo de 25% dos recursos dos impostos a ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino; mínimo de 15% a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde; mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB a ser aplicado em remuneração dos profissionais do magistério; máximo de 60% da Receita Corrente Líquida com despesa total com pessoal.

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas contas pendem de julgamento por este Tribunal.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

8.1 emitir PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Presidente Kennedy - TO, referentes ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão da senhora Maria Dalva Medeiros de Sousa, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, com a seguinte RECOMENDAÇÃO:

Em consonância, ocorreu no caso das Contas Consolidadas da Prefeitura Municipal de Cristalândia, do exercício de 2009, em que aquele município apresentou Déficit Financeiro da ordem de 4,16% da arrecadação total e esta Corte de Contas, conforme Parecer Prévio nº 077/2011 da Primeira Câmara dessa Egrégia Corte de Contas, recomendou sua aprovação, *in verbis:*

PARECER PRÉVIO N°077/2011, 1ªCâmara-TCE/TO

1. Processo n°: 3329/2010
2. Classe de Assunto: 04-Prestação de Contas Consolidadas
3. Exercício: 2009
4. Ente da Federação: Município de Cristalândia
5. Órgão: Prefeitura Municipal de Cristalândia -TO
6. Responsável: Clarismindo Modesto Diniz-Prefeito CPF nº 0216.699.961-15

7. Relatora: Conselheira DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO
8. Representante do MP: Procurador Geral de Contas Oziel Pereira dos Santos
9. Contador: Gilmar Lima Moura

EMENTA: Município de Cristalândia. Exercício de 2009.Contas Consolidadas. Parecer Prévio pela Aprovação.

11 RAZOES DO VOTO

11.1 O processo n° 3329/2010, trata das Contas Anuais Consolidadas do Município de Cristalândia, referentes ao exercício de 2009, sob a responsabilidade do Senhor Clarismindo Modesto Diniz, período de 01/01/2009 a 31/12/2009, submetidas à análise deste Tribunal de Contas em razão de sua competência Constitucional.

Omissis...

11.7 RESULTADO FINANCEIRO

11.7.1 Através do Balanço Patrimonial verifica-se o índice de liquidez corrente que determina quanto à entidade possui de disponibilidade e créditos para cada unidade de obrigações exigíveis em curto prazo. Segue o desempenho financeiro do Município de Cristalândia, durante o exercício de 2009(fls. 41e111):

Liquidez Corrente: Ativo Financeiro = 825.143,77 = 0,69
Passivo Financeiro 1.186.620,69

11.7.1.1 O índice calculado demonstra um "déficit" financeiro, no valor de R$ 361.476,92, ou seja, paracadaR$1,00dedívidao Município dispõe de R$0,69 para sua liquidação (fls. 41e 111). Ressalte-se que o déficit representa 4,16% do total da arrecadação citado anteriormente.

11.8 RESTOS A PAGAR

11.8.1 O art. 36 da Lei Federal n°4320/64 determina que se considere "Restos a Pagar" as despesas orçamentárias empenhadas no exercício e não pagas até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro. Devem ser classificadas em Restos a Pagar Processados as despesas já liquidadas e em Restos a Pagar Não Processados as despesas não liquidadas. Confrontando-se os valores de disponibilidade

(R$825.143,77) com o total inscrito em restos a pagar e depósitos/consignações (R$ 1.186.620,69), **verifica-se a insuficiência de saldo financeiro junto aos compromissos assumidos para o exercício seguinte no valor de R$ 361.476,92**, em desconformidade com o artigo 1º, §1° da Lei Complementanº°101/005 e item 2.1, 2.8 e 2.11 da Resolução Administrativa n°08/2008.

Existe, ainda, outro precedente do Município de Dianópolis/TO, cujo parecer prévio veio na seguinte dicção:

PARECER PRÉVIO N.º 303/2008 – 1ª Câmara

Processo nº: 1441/2007 - II volumes e apensos nº 609/2006 e 610/2006
Classe de Assunto: Prestação de Contas do Prefeito 2006 – Consolidadas
Responsável: José Salomão Jacobina Aires – Prefeito – CPF. 311.193.791-72
Órgão: Prefeitura Municipal de Dianópolis/TO
Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes
Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Alberto Sevilha

Ementa: Prestação de Contas consolidadas. Exercício de 2006. Município de Dianópolis/TO. Cumprimento dos limites constitucionais e legais. **Apuração de déficit orçamentário e financeiro, porém se trata de segundo ano de mandato, parecer prévio pela aprovação das contas.**

Por unanimidade de votos, nos termos do Relatório e Voto de Conselheiro Relator, acolhendo o entendimento das Unidades Técnicas, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins que compõem a Primeira Câmara, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1°, I da Lei Estadual n° 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, e Instrução Normativa TCE/TO n° 17/2003.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas sujeitas às Câmaras Municipais.

Considerando que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas quanto ao julgamento individualizado dos atos do gestor enquanto ordenador de despesas.

Considerando que na análise das contas se apurou: a) o cumprimento dos limites constitucionais pertinentes à manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, e total da despesa com o Poder Legislativo; b) cumprimento dos limites com despesa com pessoal e agentes políticos do Município.

Considerando que na análise das contas foram Déficit Orçamentário e Financeiro, porém EM SE TRATANDO DE SEGUNDO ANO DE MANDATO, O GESTOR TEM MAIS DOIS PERÍODOS PARA SE AJUSTAR AS NORMAS LEGAIS;

Considerando que os documentos e justificativas apresentadas pelo gestor quando da Citação feita nos autos, elidiram as impropriedades que implicariam emissão de parecer prévio pela rejeição, VOTO para que o Tribunal de Contas decida no sentido de:

RESOLVEM:

1 – **Emitir parecer prévio pela APROVAÇÃO** das contas anuais consolidadas do município de Dianópolis – TO, relativas ao exercício financeiro de 2006, sob a responsabilidade do Prefeito Municipal, Senhor José Salomão Jacobina Aires, integrada pelas contas do Poder Executivo municipal, nos termos do inciso I do artigo 1.º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei n.º 1284, de 17 de dezembro de 2001, e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. **(Grifei)**

Por todo o exposto requeremos para o caso das contas em comento seja reexaminada a matéria frente a inexistência de má-fé, e também a vasta jurisprudência desse Tribunal de Contas, que tem se manifestada sensível para questões similares.

6. Falhas na utilização da receita do FUNDEB e na codificação das respectivas fontes de recursos do referido Fundo, evidenciando descumprimento dos códigos estabelecidos na Portaria/TCE nº 914/2008, bem como utilização de fontes distintas para a mesma despesa, nas fases de empenho, liquidação e pagamento, (item 6.4 do relatório);

PRIMEIRAMENTE, fazemos destaque das anotações do relatóri de análise no tocante ao item diligenciado:

6.4. TOTAL DA DESPESA DO FUNDEB

As Despesas do FUNDEB para fins do limite em 2016, foram de R$ 3.523.678,09, equivalendo a 101,46% da receita do FUNDEB arrecadada, de R$ 3.472.893,18 (Lei nº 11.494/2007, art. 21). No entanto, observa-se no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (RREO - Anexo VIII), a existência de saldo financeiro no valor de R$ 0,00 dos recursos recebidos no ano anterior. Portanto, considerando o valor recebido e o saldo financeiro não utilizado em 2015, apura-se uma aplicação a maior no valor de R$ 50.784,91, o que representa 1,46% a mais que o recebido. Assim sendo, o empenho de despesas com recursos do FUNDEB foi maior que os recursos recebidos no exercício e do saldo financeiro não utilizado no exercício anterior, evidenciando falhas na utilização das receitas e na utilização das fontes de recursos.

No que concerne a vinculação de fontes de recursos, ora posta em diligencia, resta-nos assegurar perante essa Corte de Contas que no transcorrer do exercicio ficamos mais atentos para que inconsistências desta natureza não se repitissem durante a execução orçamentária da despesa. No entanto somos sabedores que existiram situações típicas no processo de realização da despesa pública, que influenciaram a ocorrência do índice de 101,46dos recursos do FUNDEB, e que são plenamente passiveis de ressalvas por parte dessa Douta Relatoria.

No caso em tela tal situação ocorreu por simples falha formal que não tem o condão em macular as contas como um todo. **Tudo isso decorreu de falha humana quando por equivoco deixou de fazer o pagamento das despesas utilizando a fonte indicada no empenho da despesa.**

É importante destacar que todas as despesas efetuadas com o recursos do FUNDEB foram realizados a bem do serviço público e legalmente aplicada em área prioritária, razão pela qual pede-se consideração.

Por ultimo pedimos ainda seja observada a jurisprudência da Corte de Contas onde situação como esta foi objeto de ressalvas/recomendações ao gestor, considerando o pequeno alcance dessa impropriedades. Vejamos os casos:

RESOLUÇÃO Nº 200/2018 – TCE/TO PLENO

1. Processo nº: 9043/2016; Anexo nº: 4366/2015
2. Classe de Assunto: 01. Recurso 2.1. Assunto: 5. Pedido de Reexame referente a Prestação de Contas Consolidadas – 2014 – processo nº 4366/2015
3. Responsável: Rosangela Barbosa Bezerra (CPF nº 320.969.331-53), prefeita à época
4. Origem: Município de Bom Jesus do Tocantins – TO
5. Órgão: Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins – TO
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO

7. Representante do MP: Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida
8. Procurador constituído nos autos: Renan Albernaz de Souza, OAB/TO nº 5365

EMENTA: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2014. DECISÃO PELO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME DO PARECER PRÉVIO Nº 55/2016 – TCE - 1ª CÂMARA, DAR-LHE PROVIMENTO. MODIFICAR PARA O PARECER PRÉVIO PARA A APROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSALVAS.

9. DECISÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de nº 9043/2016, versando sobre Pedido de Reexame interposto pela senhora Rosangela Barbosa Bezerra, prefeita à época, do município de Bom Jesus do Tocantins– TO, contra decisão exarada por meio do Parecer Prévio nº55/2016 – TCE – 1ª Câmara, de 24 de maio de 2016, ocasião em que esta Corte rejeitou as contas consolidadas do exercício financeiro de 2014.
Considerando que o recurso interposto pela senhora Rosangela Barbosa Bezerra, prefeita á época, deve ser conhecido, uma vez que atende aos requisitos de admissibilidade previstos em lei.
Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal, artigos 32, §1º e 33, I da Constituição Estadual, artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64, artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001.
Considerando que ao emitir Parecer Prévio o TCE/TO formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais.
Considerando que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas quanto ao julgamento individualizado dos atos da gestora enquanto ordenadora de despesa.
Considerando tudo que há nos autos. RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XVII, 59 e 60 da Lei nº 1.284/2001 c/c os artigos 244 a 250 e 294, V do RITCE, ante as razões expostas pela Relatora, em:

9.1. Conhecer do presente Recurso (Pedido de Reexame), com fulcro nos artigos 59 e 60 da Lei nº 1.284/2001, interposto pela senhora Rosangela Barbosa Bezerra, prefeita à época, para no mérito, dar-lhe provimento, para alterar o Parecer Prévio para a Aprovação das Contas

Anuais Consolidadas do município de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2014, constante do Parecer Prévio nº 55/2016 da 1ª Câmara, exarado na Sessão Ordinária de 24 de maio de 2016, no Processo nº 4366/2015.

9.2. Ressalvas

a) divergência nos demonstrativos contábeis (demonstrativo do Passivo Financeiro, Demonstrativo da Dívida Flutuante), apresentado superávit financeiro irreais (itens 1, 2, 5 do Despacho nº 22/2016);

b) não registro das receitas por vinculação, a exemplo das fontes de recursos 20 -MDE, 30-FUNDEB e 40- ASPS (item 4 do Despacho nº 22/2016).

c) descumprimento da ordem cronológica referente ao pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Pedimos ainda seja observada a jurisprudência dessa Corte de Contas onde situação como essa foi objeto de ressalvas/recomendações ao gestor, considerando o pequeno alcance dessa impropriedades. Vejamos o caso abaixo:

PARECER PRÉVIO Nº /2014, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 2970/213
2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas
2.1. Assunto: 2. Prestação de Contas Consolidadas – 2012
3. Responsável: José Fontoura Primo – CPF nº 328.527.381-04, Prefeito à época
4. Ente: Município de Figueirópolis – TO
5. Órgão: Prefeitura de Figueirópolis
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS. EXERCÍCIO DE 2012. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 2970/2013, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Figueirópolis, relativas ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão do senhor José Fontoura

Primo, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando que as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2012, foram prestadas dentro do prazo previsto no artigo 101 da Lei nº 1284/2001 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas;

Considerando nas análises proferidas que a revelia por si só, não impõe a emissão de Parecer prévio pela Rejeição;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal;

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do município de Figueirópolis, exercício de 2012, gestão do senhor José Fontoura Primo, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, concluindo que:

a) Aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual 32,97%, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

b) Aplicou 60,48% na Remuneração dos Profissionais do Magistério, atendendo ao limite constitucional de 60%;

c) Aplicou em Serviços Públicos de Saúde o percentual de 19,96%, atendendo as disposições da Emenda Constitucional nº 29/00;

d) A despesa com pessoal atingiu 46,62%, não ultrapassando o limite de 60% fixado no artigo 19, III da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

9.2. Ressalvas:

a) Déficit de execução orçamentário no valor de R$ 107.846,03, que representa 1,16% da receita arrecadada, em desacordo ao disposto no art. 1º, §1º e 4º, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (item 4.2 do relatório técnico);

b) A receita arrecadada em relação à receita prevista no exercício em análise foi de 64,19%. (Item 4.2.1 do relatório técnico);

c) Divergência entre as receitas registradas no Banco do Brasil e Anexo 10 (item 4.3.2.1 do relatório técnico);

d) O repasse efetuado ao Legislativo, referente ao Duodécimo, ultrapassou o limite máximo, em 0,01% em desconformidade ao que determina o art. 29-A, § 2º, III da Constituição Federal (item 6.1 do relatório técnico);

e) As despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica
totalizam R$ 1.248.620,43, equivalendo a 100,21% dos recursos oriundos do FUNDEB, de R$ 1.246.038,52, em descumprimento ao que dispõe o art. 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 6.3.1 do relatório técnico);

f) Utilização indevida de fontes de recursos para pagamento de despesas vinculadas à saúde (item 4.2.1 do relatório técnico); (grifamos).

g) Insuficiência de saldo financeiro junto aos compromissos assumidos para o exercício seguinte no valor R$ 12.721,45, que representa 0,13% da receita arrecadada, evidenciando desequilíbrio das contas públicas, em desconformidade com que preceitua o art. 1º, § 1º da LC nº 101/00 (item 8.1.1 do relatório técnico).

9.3. Voto, ainda, no sentido de recomendar e/ou determinar ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal que:

1. Contabilize as despesas oriundas de contratações de serviços médicos, assessoria jurídica e contabilizar o limite de despesa com pessoal (item 5.2 relatório técnico);

2. Execute as despesas vinculadas nas fontes de recursos desde o empenho da despesa, liquidação e pagamento, na conta bancária vinculada (itens 6.2.1 e 6.4.1 do relatório técnico);
3. Efetue conferência nos extratos bancários, referente a contabilização das receitas arrecadadas pelo Banco do Brasil com os saldos das contas contábeis das respectivas contas de receitas (item 4.3.2, quadro 8 do relatório técnico);
4. Efetue o controle da execução e financeira de forma a evitar déficits e/ou insuficiência financeira (itens 4.2. e 8.1.1 do relatório técnico).

9.4. Ressalto o fato de que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2012.

9.5. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.6. Determinar a publicação deste Parecer no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

9.7. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor José Fontoura Primo, para conhecimento, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

9.8. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos senhores Prefeitos, enquanto ordenadores de despesas.

9.9. Informar que os cálculos dos índices constitucionais, inclusive os registros relativos à execução da receita e despesa geradas através do SICAP, estão disponíveis à sociedade no Portal do Cidadão, no endereço: www.tce.to.gov.br/portaldocidadao.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Fls. | Rub.

PARECER PRÉVIO Nº /2014, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 2970/213
2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas
2.1. Assunto: 2. Prestação de Contas Consolidadas – 2012
3. Responsável: José Fontoura Primo – CPF nº 328.527.381-04, Prefeito à época
4. Ente: Município de Figueirópolis – TO
5. Órgão: Prefeitura de Figueirópolis
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS. EXERCÍCIO DE 2012. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 2970/2013, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Figueirópolis, relativas ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão do senhor José Fontoura Primo , apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

62

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando que as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2012, foram prestadas dentro do prazo previsto no artigo 101 da Lei nº 1284/2001 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas;

Considerando nas análises proferidas que a revelia por si só, não impõe a emissão de Parecer prévio pela Rejeição;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal;

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do município de Figueirópolis, exercício de 2012, gestão do senhor José Fontoura Primo, nos termos do inciso I do artigo 1° e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, concluindo que:

a) Aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual 32,97%, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

b) Aplicou 60,48% na Remuneração dos Profissionais do Magistério, atendendo ao limite constitucional de 60%;

c) Aplicou em Serviços Públicos de Saúde o percentual de 19,96%, atendendo as disposições da Emenda Constitucional nº 29/00;

d) A despesa com pessoal atingiu 46,62%, não ultrapassando o limite de 60% fixado no artigo 19, III da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

9.2. Ressalvas:

a) Déficit de execução orçamentário no valor de R$ 107.846,03, que representa 1,16% da receita arrecadada, em desacordo ao disposto no art. 1°, §1° e 4°, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 *(item 4.2 do relatório técnico);*

b) A receita arrecadada em relação à receita prevista no exercício em análise foi de 64,19%. *(item 4.2.1 do relatório técnico);*

c) Divergência entre as receitas registradas no Banco do Brasil e Anexo 10 *(item 4.3.2.1 do relatório técnico);*

d) O repasse efetuado ao Legislativo, referente ao Duodécimo, ultrapassou o limite máximo, em 0,01% em desconformidade ao que determina o art. 29-A, § 2°, III da Constituição Federal *(item 6.1 do relatório técnico);*

e) As despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica totalizam R$ 1.248.620,43, equivalendo a 100,21% dos recursos oriundos do FUNDEB, de R$ 1.246.038,52, em descumprimento ao que dispõe o art. 21 da Lei nº 11.494/2007 *(item 6.3.1 do relatório técnico);*

f) Utilização indevida de fontes de recursos para pagamento de despesas vinculadas à saúde *(item 4.2.1 do relatório técnico);*

g) Insuficiência de saldo financeiro junto aos compromissos assumidos para o exercício seguinte no valor R$ 12.721,45, que representa 0,13% da receita arrecadada, evidenciando desequilíbrio das contas públicas, em desconformidade com que preceitua o art. 1°, § 1° da LC nº 101/00 *(item 8.1.1 do relatório técnico).*

9.3. Voto, ainda, no sentido de recomendar e/ou determinar ao atual Chefe do

1. Contabilize as despesas oriundas de contratações de serviços médicos, assessoria jurídica e contabilizar o limite de despesa com pessoal *(item 5.2 relatório técnico);*
2. Execute as despesas vinculadas nas fontes de recursos desde o empenho da despesa, liquidação e pagamento, na conta bancária vinculada *(itens 6.2.1 e 6.4.1 do relatório técnico);*
3. Efetue conferência nos extratos bancários, referente a contabilização das receitas arrecadadas pelo Banco do Brasil com os saldos das contas contábeis das respectivas contas de receitas *(item 4.3.2, quadro 8 do relatório técnico)*;
4. Efetue o controle da execução e financeira de forma a evitar déficits e/ou insuficiência financeira *(itens 4.2. e 8.1.1 do relatório técnico)*.

9.4. Ressalto o fato de que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2012.

9.5. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.6. Determinar a publicação deste Parecer no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

64

9.7. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor José Fontoura Primo, para conhecimento, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

9.8. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos senhores Prefeitos, enquanto ordenadores de despesas.

9.9. Informar que os cálculos dos índices constitucionais, inclusive os registros relativos à execução da receita e despesa geradas através do SICAP, estão disponíveis à sociedade no Portal do Cidadão, no endereço: www.tce.to.gov.br/portaldocidadao.

9.10. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no site deste Tribunal (Portal do Cidadão), para acesso público no prazo de até trinta dias do encaminhamento do parecer prévio à Câmara Municipal, conforme determina o artigo 33, § 3º do Regimento Interno.

9.11. Face a divergência com a manifestação ministerial, cientifique o Procurador de Contas que atuou nos autos.

9.12. Após, expirado o prazo recursal, sejam os autos enviados à Coordenadoria de Gestão Fiscal – SICAP/Contábil, para que proceda a correção do limite constitucional da saúde, conforme parágrafo "10.17" do voto, posteriormente, à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de

Pede-se consideração e acatamento.

8. Foi constatada divergência no Demonstrativo das Receitas e Gastos com Saúde SICAP x SIOOPS, descumprindo-se a Lei nº 4.320/1964 e Normas de registros contábeis, constituindo-se restrição gravíssima nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 15 de maio de 2013, itens 2.3 e 2.7 – Anexo I. (Item 6.5 do relatório);

PRIMEIRAMENTE, fazemos destaque das anotações do relatóri de análise no tocante ao item diligenciado:

Quadro 33 - Demonstrativo das Receitas e Gastos com Saúde SICAP x SIOPS

DESCRIÇÃO	RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE - SICAP	SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTO PUBLICO EM SAÚDE - SIOPS	DIFERENÇA
Total das receitas para apuração da aplicação em ações e serviços de saúde	10.702.392,34	10.708.381,58	5.989,24
Total de despesas com ações e serviços de saúde	(1.724.736,34)	1.724.736,34	0,00
Percentual de aplicação em ações e Serviços públicos de saúde sobre a receita aplicada em saúde	(16,12)	16,10	0,00
Despesa Total	**3.983.594,62**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Demonstrativo da Receita e Despesa com Ações e Políticas Públicas de Saúde - Anexo XII-RREO - 2016 e SIOPS – Municípios

Foi constatada divergência no Demonstrativo das Receitas e Gastos com Saúde SICAP x SIOOPS, descumprindo-se a Lei nº 4.320/1964 e Normas de registros contábeis, constituindo-se restrição gravíssima nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 15 de maio de 2013, Itens 2.3 e 2.7 – Anexo I.

No presente caso pedimos seja aplicado o princípio da razoabilidade e insignificância frente a pequena margem que representa a quantia de R$ 5.989,24 em questão, e sobretudo que os cálculos de apuração do índice, TANTO NO SIOPS QUANTO NO SICAP, demonstram que o município de Tocantínia cumpriu com o mínimo exigido de 15%. Assim, ante a ausência de dano ao erário e aplicação da razoabilidade e proporcionalidade, cabe ao presente caso a ressalva do apontamento fustigado, com esteio nos diversos precedentes dessa Egrégia corte de Contas que destacamos logo abaixo.

Pois bem. Pedimos seja objeto de ressalvas a situação ora justificada, tendo em vista que esse Sodalício em sisutações análogas tem se manifestado sensível julgando as contas regulares ou emitindo parecer prévio pela aprovação quando se trata de contas conslidadas, MEDIANTE RESSALVAS OU RECOMENDAÇÃO NO TOCANTE INCONSISTÊNCIAS ENTRE DADOS DO SICAP E SIOPS, como é o caso em gênese.

Como exemplo citamos os caso abaixo:

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 40/2018 2ª CÂMARA

1. Processo: 4727/2017
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2016
3. Responsável: Jair Luiz Montes – CPF: 195.833.461-87
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Muricilândia
5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes
6. Representante do Ministério Público: Procurador de Contas Oziel Pereira dos Santos
7. Procurador constituído: não há

EMENTA: MUNICÍPIO DE MURICILÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2016. CONTAS CONSOLIDADAS. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL. DÉFICIT FINANCEIRO E CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EM PERCENTUAIS RESSALVÁVEIS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA MUNICIPAL.

8. Decisão VISTOS, relatados e discutidos os autos nº 4727/2017, que versam sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Muricilândia, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Jair Luiz Montes, Prefeito à época, submetidas à análise desta Corte de Contas, por força do disposto no § 2º do art. 31 c/c art. 71 da Constituição Federal, art. 33, inciso I, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.284/2001, art. 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e Instrução Normativa nº 02/2013. 31, §1º, da Constituição Federal; arts. 32, §1º, e 33, I da Constituição Estadual; art. 82 § 1º, da Lei 4.320/64, art. 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais, bem como o especificado no artigo 104 da Lei 1.284/2001.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

Considerando que após o exame dos autos não remanesceram irregularidades relevantes, suficientes para balizar o pronunciamento pela rejeição das contas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

8.1. Recomendar a APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Muricilândia, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Jair Luiz Montes, Prefeito à época, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei nº 1.284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

8.2. Determinar ao gestor atual que adote providências com vistas ao atendimento das recomendações a seguir:

a) Proceder a correta evidenciação dos valores destinados aos programas constantes na LOA e apresente o Relatório de Gestão com os dados financeiros e físicos da execução, em conformidade com o PPA, de modo a possibilitar um exame das políticas públicas desenvolvidas, evidenciando suas explicações para eventuais inexecuções/execuções insatisfatórias de programas, que serão objeto de ponderação por este TCE/TO, sob pena de tê-las caracterizadas como insatisfatórias.

b) Verificar se o valor registrado na rubrica Resultados de Exercícios está igual ao apurado na DVP, caso seja detectado inconsistência nos resultados, que proceda a correção e informe em notas explicativas.

c) Certificar do saldo existente no almoxarifado com o registrado na contabilidade, antes de informar na nota explicativa;

d) Observar os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão previsto na Resolução CFC nº 1.136/08 que aprova a NBCT 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, e, no presente caso, em especial ao item 16 da NBCT, que trata da divulgação da depreciação, da amortização e da exaustão.

e) Certificar-se de que os valores informados no Demonstrativo do ativo Imobilizado sejam compatíveis com os registrados na conta 1.2.3.0.0.00.00.00.00.0000 Imobilizado, nas próximas contas.

f) Alertar/ Observar que os recursos do SUS devem ser aplicados na saúde, mas não são vinculados ao código constitucional (0040), pois não fazem parte dos 15% da constituição. Dessa forma, recomenda-se mais atenção quanto a correta classificação das fontes em observância as IN-TCE/TO nº 02/2007 que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do plano de contas único e vinculação de recursos e finalidade por parte da administração direta e indireta municipal regida Lei Federal nº 4320/64.

g) Certificar a fidedignidade dos dados referentes aos serviços públicos de saúde encaminhados ao SICAP e ao SIOPS, antes da transmissão, de

modo a evitar inconsistências, proporcionando, assim, a padronização das informações prestadas aos mencionados sistemas.

h) Observar os termos do art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 e, quando for o caso de utilização a maior do que as verbas recebidas do FUNDEB, que indique claramente a origem dos recursos remanejados para este fim.

i) Apresentar as notas Explicativas (NEs) contemplando os critérios utilizados quando da elaboração das demonstrações contábeis, acerca dos dados de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, entre outros, com o objetivo de adicionar informações não evidenciados nos demonstrativos, e ainda, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

j) Observar as disposições constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e procedam com a correta evidenciação dos valores (inscrição, baixa, cancelamentos e ajuste para perdas) referentes à Dívida Ativa, a fim de se adequar às normas e resoluções pertinentes, mais especificamente a nova contabilidade aplicada ao setor público (NCAPS). Ademais, a metodologia utilizada e a memória de cálculo do ajuste para perdas deverão ser informadas nas notas explicativas enviadas junto com as prestações de contas.

k) Realizar inscrição na Dívida Ativa, a fim de evitar a prescrição, envidando esforços no sentido de manter atualizado o cadastro de contribuintes, bem como promover as medidas adequadas com vistas a constituição e cobrança do crédito tributário.

PARECER PRÉVIO Nº 12/2015 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 3730/2014
2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – 2013
3. Responsável: Claudoir Bento de Oliveira, Prefeito (CPF nº 155.551.431-68), Eulásio Júnior Gomes Putêncio, Contador (CPF nº 852.263.271-53) e Ardeson Campos Noleto, Controle Interno (CPF nº 857.659.531-15)
4. Ente: Município de Marianópolis do Tocantins– TO
5. Órgão: Prefeitura de Marianópolis do Tocantins
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador José Roberto Torres Gomes
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS. EXERCÍCIO DE 2013. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA

APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO. SUPERÁVIT FINANCEIRO. REMESSA DE IMPROPRIEDADES PARA ANÁLISE NA PRESTAÇAÕ DE CONTAS DE ORDENADORES DE DESPESAS. RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3730/2013, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Marianópolis do Tocantins, relativas ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Claudoir Bento de Oliveira, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/ TO nº 01/2011 e Instruções Normativas TCE/ TO nºs 08/2013 e 02/2013 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que as alegações de defesa foram suficientes para sanar as irregularidades para as quais houve citação; Considerando que houve o cumprimento dos limites constitucionais e legais com aplicação em Educação, FUNDEB, Serviços Públicos de Saúde, entre outros;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal;

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Marianópolis do Tocantins, referentes ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Claudoir Bento de Oliveira, prefeito, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo

10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.2. Ressalvas:

1. divergência na consolidação dos valores de unidade gestora extinta, no Balanço Financeiro, na conta saldo exercício anterior, contabilizada como transferência financeira (parágrafo 10.16.4 do Voto);

2.não utilização correta dos atributos "P" e "F", alterando o resultado do ativo financeiro (parágrafo 10.17 do Voto);

3.não utilização modalidade de aplicação "91" – despesa intraorçamentária destinadas ao Regime Próprio de Previdência dos servidores (parágrafo 10.15 do Voto).

9.3. Recomendações:

1.envie Notas Explicativas informando a forma como foi realizada a consolidação de unidades gestora extintas, entre outras (parágrafo 10.16.3.1 do Voto);

2.realize a consolidação das informações contábeis em conformidade com o Plano de Contas Único Aplicado ao Setor Público, em especial os atributos "P" e "F" (parágrafo 10.17 do Voto);

3.realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64; parágrafo único do 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/200 – LRF, e a correta contabilização dos recursos em conformidade com o Plano de Contas Único, regulamentado através da IN TCE/TO nº 02/2007, alterada pela IN TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria (parágrafo 10.15 do Voto); 4.realize a consolidação das informações contábeis das unidades gestoras no fechamento do Demonstrativos do Superávit Financeiro por Fonte de Recurso, bem como o controle do superávit financeiro por fonte de recurso (parágrafo 10.17.2 do Voto);

5.inclua no limite de pessoal limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, as despesas com profissionais da saúde, assessoria jurídica e contábil (parágrafo 10.18.2 do Voto);

6.informe corretamente os dados no SIOPS de forma a não apresentar divergências no percentual mínimo da saúde (item 10.19 do Voto);

7.Executar as despesas destinadas ao Regime Próprio de Previdência na modalidade de aplicação "91" – despesa intraorçamentária (parágrafo 10.15.3 do Voto).

PARECER PRÉVIO Nº 13/2015 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 3778/2014

2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – 2013
3. Responsável: Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, Prefeito (CPF nº 246.264.141-68), Domingos Verjo Barnabé Machado, Contador (CPF nº 585.465.101-72) e Jacinto da Silva Oliveira Neto, Controle Interno (CPF nº 855.942.451-20)
4. Ente: Município de Rio dos Bois – TO
5. Órgão: Prefeitura de Rio dos Bois
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO 7. Representante do MP: Procurador José Roberto Torres Gomes 8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE RIO DOS BOIS. EXERCÍCIO DE 2013. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3778/2014, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Rio dos Bois, relativas ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011 e Instruções Normativas TCE/TO nºs 08/2013 e 02/2013 e a Resolução Administrativa nº 08/2008. Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;
Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;
Considerando que o Município cumpriu o limite com despesa de pessoal, saúde, educação e FUNDEB 60% e apresentou superávit orçamentário e financeiro;
Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela

ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Rio dos Bois, referentes ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, prefeito, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.2. Ressalvas:

1.envio remessas do SICAP/contábil fora do prazo estabelecido nos normativos do TCE/TO (parágrafo 10.9 do Voto);
2.Não envio por meio de arquivo digital das Leis que aprovaram o PPA, LDO e LOA (parágrafo 10.11.1 do Voto);
3.Não contabilização no Balanço Orçamentário da previsão da dedução do FUNDEB (parágrafo 10.12.1.1 do Voto);
4.Não consolidação das informações contábeis no demonstrativo do Superávit Financeiro por Fonte de Recurso (parágrafo 10.17.3 do Voto);
5.Não envio das informações do Ativo imobilizado, em desconformidade com o artigo 10, XVIII da IN TCE/TO nº 08/2013 (parágrafo 10.16.5 do Voto).

9.3. Recomendações:

1.encaminhe por meio de arquivo digital via SICAP/contábil as Leis que aprovaram o Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Anual –LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme exigido no artigo 4º, §1º da Instrução Normativa TCE/TO nº 11/2012 (parágrafo 10.11.1 do Voto);
2.cumpra as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público registrando nos demonstrativos os valores das previsões das deduções do FUNDEB (parágrafo 10.12.1.1 do Voto); 3.realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64; parágrafo único do 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/200 – LRF, e a correta contabilização dos recursos, em conformidade com o Plano de Contas Único regulamentado através da IN TCE/TO nº 02/2007, alterada pela IN TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria (parágrafo 10.15.1 do Voto);
4.realize a consolidação das informações contábeis das unidades gestoras no fechamento do Demonstrativos do Superávit Financeiro

por Fonte de Recurso, bem como o controle do superávit financeiro por fonte de recurso (parágrafo 10.17.3.5 do Voto);

5.inclua no limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, as despesas com profissionais da saúde, assessoria jurídica e contábil (parágrafo 10.18.2 do Voto);

6.informe corretamente os dados no SIOPS, de forma a não apresentar divergências no percentual mínimo da saúde (parágrafo 10.18.4.2 do Voto);

7.envie as informações do Ativo Imobilizado, nos termos do artigo 10, XVIII da IN TCE/TO nº 08/2013 (parágrafo 10.17.5 do Voto);

8.acompanhar a execução das despesas com Previdência Social, fazendo a conferência entre os valores debitados na conta do FPM, GFIP e a correta classificação orçamentária e contábil. 9.4.Determinar que faça a correção no exercício atual do Demonstração do Superávit Financeiro consolidando as informações contábeis de todas as unidades gestoras (parágrafo 10.17.3.5).

PARECER PRÉVIO Nº 11/201 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 3727/2014

2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – 2013 3. Responsável: Frederico Henrique de Melo, Prefeito (CPF nº 033.846.243-00), Eulásio Júnior Gomes Putêncio, Contador (CPF nº 852.263.271-53) e Kátia Pereira Gonsaga, Controle Interno (CPF nº 850.797.901-72)

4. Ente: Município de Miranorte – TO

5. Órgão: Prefeitura de Miranorte

6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO

7. Representante do MP: Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes 8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE MIRANORTE. EXERCÍCIO DE 2013. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO. SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO. REMESSA DE IMPROPRIEDADES PARA ANÁLISE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADORES DE DESPESAS. RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3727/2013, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Miranorte, relativas ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Frederico Henrique de Melo, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de

parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011 e Instruções Normativas TCE/TO nºs 08/2013 e 02/2013 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001; Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que as alegações de defesa foram suficientes para sanar as irregularidades para as quais houve citação;

Considerando que houve o cumprimento dos limites constitucionais e legais com aplicação em Educação, FUNDEB, Serviços Públicos de Saúde, entre outros;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal;

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Miranorte, referentes ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Frederico Henrique de Melo, prefeito, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.2. Ressalvas:

1.não utilização modalidade de aplicação "91" – despesa intraorçamentária destinadas ao Regime Próprio de Previdência dos servidores (parágrafo 10.15.3 do Voto);

2.ausência de controle na execução orçamentária por fonte de recurso (parágrafo 10.15.4 do Voto); 2.Não utilização correta dos atributos "P" e "F" alterando o resultado do ativo financeiro (parágrafo 10.17 do Voto); 3. ausência de controle da execução orçamentária e financeira por fonte de recurso (parágrafo 10.17.5.6 do Voto).

9.3.Recomendações:

1.Executar as despesas destinadas ao Regime Próprio de Previdência na modalidade de aplicação "91" – despesa intraorçamentária (parágrafo 10.15.3 do Voto);

2.encaminhar nota explicativa sobre a contabilização de valores na conta contábil 11340000000000000 – Créditos por dano ao patrimônio;

3.realize a consolidação das informações contábeis em conformidade com o Plano de Contas Único Aplicado ao Setor Público, em especial os atributos "P" e "F" (parágrafo 10.17 do Voto);

4.realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64; parágrafo único do art. 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/200 – LRF, e a correta contabilização dos recursos em conformidade com o Plano de Contas Único regulamentado através da IN TCE/TO nº 02/2007 alterada pela IN TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria (parágrafo 10.17.5.6 do Voto);

5.inclua no limite de pessoal limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, as despesas com profissionais da saúde, assessoria jurídica e contábil (parágrafo 10.18.3 do Voto);

6.executem as despesas do FUNDEB na fonte de recurso 30, desde da emissão do empenho, liquidação e pagamento, cujos pagamentos devem ser realizados nas contas bancárias vinculadas, possibilitando a corretar apuração do fluxo financeiro do RREO, evitando a aplicação superior a receita recebida;

7.informe corretamente os dados no SIOPS de forma a não apresentar divergências no percentual mínimo da saúde (parágrafo 10.19.5 do Voto);

8. realize a conferência do Demonstrativos da Dívida Flutuante com os valores registrado no passivo financeiro no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit Financeiro por fonte de recurso (parágrafo 10.17.5 do Voto).

Diante da vasta jurisprudência pede-se consideração e acatamento.

11. Houve cancelamento de restos a pagar processados no valor de R$ 88.999,48. Assim, o resultado financeiro está subavaliado no mencionado valor, demonstrando a inconsistência dos demonstrativos contábeis, e em consequência, que o Balanço não representa a situação financeira do Ente em 31 de dezembro, em desacordo com os artigos 83 a 106 da Lei nº

4320/64 e Princípios de Contabilidade. Restrição de Ordem Legal Gravíssima, (item 2.9 da IN nº 02 de 2013). (Item 8.1 do relatório);

13. O Município apresentou saldo contábil das obrigações com Precatório, na contabilidade no valor de R$ 44.119,02 em 31/12/2016. Entretanto, o Município informou nas presentes contas (arquivo PDF) o valor de R$ 41.666,50 e as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam o saldo de R$ 225.599,26 evidenciando divergência entre os valores, em descumprimento ao que determinam os artigos 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64, (item 8.1.5 do relatório).

Primeiramente pedimos permissão para destacar as anotações do Relatório de análise no tocante ao item ora justificado:

8.1.5. Precatórios

Conforme demonstrado na tabela acima o Município apresentou saldo contábil das obrigações com Precatório na contabilidade no valor de R$ 44.119,02 em 31.12.2016.

Entretanto, o Município informou nas presentes contas (arquivo PDF) o valor de R$ 41.666,50 e as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam o saldo de 225.599,26 evidenciando divergência entre os valores, em descumprimento ao que determinam os artigos 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64.

Pois bem. Imperioso ressaltar que os procedimentos contábeis realizados na elaboração dos BALANÇOS e demais DEMONSTRAÇÕES exigidos pela lei 4.320/64 quando do encerramento o exercicio FORAM EFETUADOS EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS E NORMAS QUE REGEM A CONTABILIDADE.

Digo isto Excelência, considerando que a ausência do registro no BALANÇO PATRIMONIAL concernente à OBRIGAÇÃO de pagamento dos PRECATÓRIOS na soma de R$ 225.599,26, não se deu de forma intencional.

Ocorre que houve uma falha na comunicação entre o departamento jurídico e o contábil da Prefeitura Municipal ao final do exercício de 2016, quando aquele deixou de repassar as informações e o DOCUMENTO HÁBIL para que o profissional contador realizasse o lançamento respaldado por documento comprobatório do referido registro.

Excelência, o que se pretende justificar é que em momento algum houve a intenção em dissimular o BALANÇO PATRIMONIAL pela omissão de registro em OBRIGAÇÃO DE PAGAR de PRECATÓRIOS na soma de R$ 183.392,76 (225.599,26 – 41.666,50).

Digo isto levando em consideração que O VALOR DO PATRIMÔNIO LIQUIDO apurado em 31.12.2016 (R$ 5.385.894,84) é bem superior ao valor tido como omitido no passivo permanente do Munícipio no tocante a PRECATÓRIOS (R$ 183.392,76), ou seja,

MESMO QUE ESSA DOUTA RELATORIA CONSIDERE PARA EFEITO DE APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO LIQUIDO O VALOR DE R$ 183.392,76, **RESTARÁ COMPROVADO AO FINAL UM PATRIMÔNIO LIQUIDO POSITIVO DE R$ 5.202.502,08**, SENÃO VEJAMOS:

O que se pretende justificar é que não houve a intenção em mesclar o BALANÇO PATRIMONIAL, visto que COM OU SEM O LANÇAMENTO DE PRECATÓRIOS no PASSIVO o RESULTADO PATRIMONIAL APURADO em 31.12.2016 é SEMPRE POSITIVO conforme demonstrado acima.

É válido frisar que essa situação já foi objeto de ressalvas ou recomendação em julgamentos dessa Corte de Contas, dai para o caso das presents contas pedimos seja reexaminada a matéria frente a inexistência de má-fé, e o julgados abaixo em destaque.

PARECER PRÉVIO Nº 84/2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5113/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Francisco Alves da Silva – prefeito à época (CPF nº 786.271.502-06)
4. Ente: Município de Recursolândia – TO
5. Órgão: Prefeitura de Recursolândia
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procuradora de Contas Raques Medeiros Sales de Almeida
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE RECURSOLÂNDIA – TO. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. ALEGAÇÕES DE DEFESA FORAM SUFICIENTE PARA CONVERTER AS IMPROPRIEDADES EM RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES. DETERMINAÇÕES.

9.2. Ressalvas:

a) déficit orçamentário e financeiro inferior a 2% da receita gerida (itens 4.2 e 4.3.2 do relatório); b) divergência no Balanço Financeiro entre o total das receitas e despesas (item 7.1 do relatório); c) despesa com pessoal do poder Executivo acima do limite legal, porém dentro do prazo de recondução (item 5.2 do relatório);

d) a contribuição patronal atingiu 19,42% do total empenhado na despesa com pessoal (item 5.3 do relatório);

e) o total das despesas do FUNDEB ultrapassou a receita recebida (item 6.4 do relatório);

f)divergências nas variações patrimoniais nas contas contábeis nº 1. 2. 3.1, 1.2.3.1 e 45 inversões financeiras (quadro 40 do relatório);

g) ausência de registro na contabilidade dos valores precatórios (item 8.1.5 do relatório);

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 89/2017 2ª Câmara

1. Processo nº: 5445/2016

2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas. 2.1. Assunto: 02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2015.

3. Representado: José Luciano Azevedo Carlos– Prefeito. CPF: 644.227.981-20

4. Órgão: Município de Ponte Alta do Bom Jesus/TO.

5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes

6. Corpo Esp. de Auditores: Conselheiro Substituto Fernando C. B. Malafaia.

7. Rep. do MP: Procurador de Contas Oziel P. D. Santos.

8. Advogado: Não Consta

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO BOM JESUS/TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DA PARTE PATRONAL JUNTO AO INSS NO PERCENTUAL DE 20%. ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ACIMA DO LIMITE ESTABELECIDO.

II. Ressalvas:

a) Inexistência de registro da arrecadação da receita da dívida ativa tributária considerando que estava estimado o montante de R$ 14.000,00.

b) Balanço Financeiro- não houve consonância entre o saldo de R$ 315.616,32, registrado no encerramento do exercício de 2014, com o valor informado neste balanço de R$ 339.359,22, registrando uma diferença de R$ 23.742,90, em desconformidade com os arts. 83 a 100, da Lei Federal nº 4320/64;

c) Balanço Financeiro- divergência de R$ 412.232,38 entre o total de ingressos e o total de dispêndios, evidenciando o fechamento irregular deste demonstrativo; c) Divergência quanto ao registro contábil das obrigações com o Precatório, bem como entre as informações do SICAP e as prestadas ao Tribunal de Justiça.

PARECER PRÉVIO Nº 67/2017 – TCE/TO 1ª CÂMARA

1. Processo nº: 5323/2016

2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2. Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2015

3. Responsável: Fábio Pereira Vaz – Prefeito (CPF: 832.405.431-68)

4. Entidade: Município de Palmeirópolis - TO 4.1. Órgão: Prefeitura de Palmeirópolis - TO

5. Relator: Conselheiro José Wagner Praxedes

6. Representante do Ministério Público de Contas: Procurador de Contas Marcos Antô- nio da Silva Modes

7. Procurador constituído nos autos: não há

EMENTA: MUNICÍPIO DE PALMEIRÓPOLIS - TO. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. APURAÇÃO DE SUPERÁ- VIT FINANCEIRO E PATRIMONIAL. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA MUNICIPAL.

Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

8.1. Emitir Parecer Prévio pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas de responsabilidade do senhor Fábio Pereira Vaz, gestor da Prefeitura de Palmeirópolis - TO, relativas ao exercício financeiro de 2015, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei Estadual nº 1.284/2001 e art. 28 do Regimento Interno deste Tribunal, com a seguintes recomendações: •Corrigir a divergência dos valores das receitas oriundas FPM, ITR, ICMS LC 8796, CID e FUNDEB registrados no Anexo 10 com os valores apresentados nos demonstrativos do Banco do Brasil. •Corrigir a divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeirocom o total das despesas no valor de R$ 100.183,60. •Corrigir o registro contábil das obrigações com Precatório, pois o Município não apresentou saldos na contabilidade, no entanto, informou por meio de Notas Explicativas que houve precatórios no valor de R$ 585.509,72, já, as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam o saldo de R$ 673.339,77 evidenciando não consonância dos valores. •Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 – Orçamento Aprovado) e Balancete

da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11) e Balanço Orçamentário; •Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/1964, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro (F) ou permanente (P). No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" e "P", para que possamos apurar o resultado financeiro por fonte; •Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em fun- ção da dependência ou não de autorização orçamentária; •Efetue, minuciosamente, a conferência entre os saldos das contas registradas na contabilidade de forma a evitar divergências; •Realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 e parágrafo único do artigo 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/2000 – LRF, e a correta contabilização dos recursos, em conformidade com o Plano de Contas Único, regulamentado através da IN-TCE/TO nº 02/2007, alterada pela IN-TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria; •Os limites fixados na LOA Municipal para alterações orçamentária não devem ser demasiados para não desvirtuar o planejamento inicial, por ser um instrumento de exaustivo planejamento e de transparência das ações de governo; •Fortaleça a atuação do Sistema de Controle Interno, no intuito de buscar o controle operacional dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais, pois o mesmo é a sistemática de avaliação interna, contínua e auxiliar dos membros da administração no desempenho eficiente de sua responsabilidade;

Por todo o exposto pede-se consideração e acatamento.

12. Conforme o Município evidencia saldo na conta "Créditos por Danos ao Patrimônio", no valor de R$ 119.819,11, indicando se tratar de valores realizáveis provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestação de contas, tomadas de contas ou processos judiciais e outros. Deste modo, tendo em vista o disposto na IN/TCE/TO nº 14/2003, devem ser apresentadas as medidas de cobrança e/ou regularização por parte da administração, (item 8.1.1.1 do relatório e Quadro 40);

Pedimos permissão para destacar as anotações do RELATÓRIO DE ANÁLISE no tocante ao item diligenciado. Vejamos:

	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	122.403,05
1.1.3.1.0.00.00.00.00.0000	Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	0,00
1.1.3.2.0.00.00.00.00.0000	Tributos a Recuperar/Compensar	0,00
1.1.3.3.0.00.00.00.00.0000	Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Público	0,00
1.1.3.4.0.00.00.00.00.0000	Créditos por Danos ao Patrimônio	119.819,11
1.1.3.5.0.00.00.00.00.0000	Depósitos Restituíveis a Valores Vinculados	0,00
1.1.3.6.0.00.00.00.00.0000	Dívida Ativa não Tributária - Demais Créditos	0,00
1.1.3.8.0.00.00.00.00.0000	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	2.583,94
1.1.3.9.0.00.00.00.00.0000	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(0,00)
1.1.4.0.0.00.00.00.00.0000	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00
1.1.5.0.0.00.00.00.00.0000	Estoques	0,00
1.1.9.0.0.00.00.00.00.0000	Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2016

Conforme evidenciado no quadro anterior, o Município evidencia saldo na conta "Créditos por Danos ao Patrimônio", indicando se tratar de valores realizáveis provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestação de contas, tomadas de contas ou processos judiciais e outros. Deste modo, tendo em vista o disposto na IN/TCE/TO nº 14/2003, devem ser apresentadas as medidas de cobrança e/ou regularização por parte da administração.

No presente caso esclarecemos os registros contábeis do BALANCETE DE VERIFICAÇÃO demonstram toda movimentação e origem desses créditos.

Ademais todas as medidas administrativas visando o ressarcimento dessas quantias foram tomadas em nossa gestão, PROVA DISSO SÃO OS LANÇAMENTO A CRÉDITO EM CADA CONTA DO ATIVO REALIZÁVEL conforme consta na RELAÇÃO ANALÍTICA DO ATIVO REALIZÁVEL QUE FAZEMOS JUNTADA. DOC.03

RELAÇÃO ANALÍTICA DO ATIVO REALIZÁVEL

CÓD.	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA		SALDO
			INSCRIÇÃO	ENCAMPAÇÃO	REGULARIZAÇÃO	CANCELAMENTO	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS						
00009	TRANSFERENCIA-FMS			1.225.486,96	1.225.486,96		
00021	TRANFERENCIA FUNDO DE EDUCAÇÃO			605.161,99	605.161,99		
00029	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		2.275.091,98			2.275.091,98	
	RECURSOS A RECEBER						
00018	DIVERSOS RESPONSAVEIS		5.957,35		5.901,64		55,71
00019	SALARIO FAMILIA-FME		17.999,67		17.999,67		
00020	SALARIO MATERNIDADE		2.379,00		2.379,00		
00030	SALARIO FAMILIA		19.004,45		19.004,45		
	DESPESAS EM RESPONSABILIDADE						
00008	OUTRAS RESPONSABILIDADES	3.136,20	349,00		349,00		3.136,20
00010	SALARIO FAMILIA-FMS		4.010,55		4.376,95		-366,40
00028	DIVERSOS RESPONSAVEIS	107.012,98	528.579,57		520.273,87		115.318,68
00062	OUTRAS RESPONSABILIDADES	15,51					15,51
	TOTAL GERAL	110.164,69	2.853.371,57	1.830.648,95	2.400.933,53	2.275.091,98	118.159,70

TOCANTINIA, 31 de dezembro de 2012

PRIMEIRAMENTE É PRECISO TRAZER AO CONHECIMENTO DE VOSSA EXCELÊNCIA QUE DESSE VALOR DE R$ 119.819,11 SOMENTE R$ 9.654,42 CORRESPONDE A QUANTIA CORRESPONDENTE À NOSSA ADMINISTRAÇÃO. DIGO ISTO AO CONSIDERAR O SALDO DE R$ 110.164,69 REGISTRADO NA COLUNA SALDO ANTERIOR DO ATIVO REALIZÁVEL CORRESPONDE A VALORES LANÇADOS PELAS GESTÕES ANTERIORES. OBSERVE QUE ESSE DEMONSTRATIVO DO ATIVO REALIZÁVEL QUE ANEXAMOS NOS AUTOS E DESTACAMOS ACIMA É DATADO DE 31.12.2012.

No tocante a quantia de R$ 9.654,42 asseguramos que TODAS AS MEDIDAS QUE VISAVAM A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS REALIZÁVEIS FORAM TOMADA EM TEMPO HÁBIL.

Pedimos também para o saneamento do item diligenciado, seja analisada a documentação e relatórios contábeis fornecidos pelo contador à época, que estaremos juntando oportunamente.

Desta feita, Não obstante a ausência de nota explicativa a respeito desse valor realizável, entendemos que as informações prestadas acima são suficientes para elucidar qualquer dúvida quanto à origem do valor registrado em créditos a receber, ou seja, a ausência de nota explicativa na prestação de contas foi suprida, e acima de tudo RESTOU COMPROVADO QUE NO EXERCICIO DE 2016 FORAM TOMADAS AS MEDIDAS PARA RECUPERAÇÃO DAS QUANTIAS INSCRITAS NO ATIVO REALIZÁVEL – CRÉDITOS A RECEBER.

82

Por outro lado, é essencial salientar que os valores registrados em **CRÉDITOS A RECEBER (ATIVO REALIZÁVEL)** são obrigatoriamente constituintes do ATIVO FINANCEIRO, com ordena a lei 4.320/64, em seu artigo 105, *in verbis*:

> Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
> I – O Ativo Financeiro;
> II – O Ativo Permanente;
> III – O Passivo Financeiro;
> IV – O Passivo Permanente;
> V – O Saldo Patrimonial;
> VI – As Contas de Compensação.
> § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e VALORES REALIZÁVEIS independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. (o grifo é nosso).
> § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
> § 3º O Passivo Financeiro compreenderá "as dívidas fundadas e outras" pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Assim sendo resta comprovado que os CRÉDITOS REALIZÁVEIS (A RECEBER) foram objeto de registro contábil, em obediência aos princípios que regem a ciência contábil, e por outro lado o contador MESMO QUE DESCONHECESSE A ORIGEM DESSES VALORES não poderia deixar de registrá-los sob pena de ferir a lei, haja vista que o artigo 93, da Lei. 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e CONTROLE dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos MUNICÍPIOS e do Distrito Federal, ORDENA, de maneira taxativa, em seu caput, que ocorrendo SITUAÇÃO NÃO COMPREENDIDA na execução orçamentária a mesma DEVE SER OBJETO DE REGISTRO e individuação pela contabilidade. Vejamos o referido dispositivo legal:

Art. 93. Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individuação e controle contábil. (o grifo é nosso).

Consolidando ainda mais o entendimento aqui sustentado, esta Corte de Contas possui o entendimento, consubstanciado em diversos julgados, no sentido de que a ausência de Nota Explicativa NÃO É MOTIVO DE REJEIÇÃO DE CONTAS, E SIM, DE APROVAÇÃO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RESSALVAS AO GESTOR, SENÃO VEJAMOS:

PARECER PRÉVIO Nº 88/2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5461/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Sebastião de Lima Oliveira – prefeito à época (CPF nº 084.959.711-00) 4. Ente: Município de Tupirama – TO 5. Órgão: Prefeitura Municipal de Tupirama
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador de Contas Oziel Pereira dos Santos
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE TUPIRAMA. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL A APROVAÇÃO. DIVERGÊNCIAS CONTÁBEIS PASSÍVEIS DE RESSALVAS.

9.2. Ressalvas:

1. divergência no valor de R$ 27.639,35 entre o saldo anterior registrado no Demonstrativo do Passivo Financeiro com o e da Dívida Flutuante (Item 4.2. do relatorio);
3. as despesas com manuten- ção e desenvolvimento da educação básica- FUNDEB de R$ 936.340,60, ultrapassaram as receitas recebidas de R$ 782.727,01 no exercício, em R$ 153.627,59 (Item 6.4 do Relatório);
4. na conta contábil "Créditos por Danos ao Patrimônio" evidencia saldo no valor R$ 44.387,02, com indícios de irregularidade que devem ser apresentadas as medidas de cobrança e/ou regularização por parte da administração (quadro 40); 9.3. Recomende o acolhimento das recomendações descritas no item 11 do Relatório Técnico nº 137/2017, acrescidas daquelas inseridas neste Voto.

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 90/2017 2ª Câmara
1. Processo nº: 5448/2016
2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas. 2.1. Assunto: 02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2015.
3. Representado: Otoniel Andrade Costa– Prefeito. CPF: 220.026.851-34
4. Órgão: Município de Porto Nacional/TO.
5. Relator: Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes
6. Corpo Esp. de Auditores: Conselheiro Substituto Fernando C. B. Malafaia.
7. Rep. do MP: Procuradora de Contas Raquel M. S. D Almeida.
8. Advogado: Não Consta

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍ- PIO DE PORTO NACIONAL/TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONAIL. RESSALVAS. DETERMINA- ÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL.

II. Ressalvas:

a) Divergência entre as colunas de previsão atualizada da receita de R$ 148.419.249,00 e a dotação atualizada da despesa de R$ 148.363.249,00 (Item 10.7.3);

b) Saldo na conta "Créditos por Danos ao Patrimônio" no valor de R$ 6.562.201,98 (Item 10.13.9);

c) Não houve consonância no Balanço Financeiro entre o valor total dos ingressos de R$ 151.020.113,91, com o total dos dispêndios que apresentou saldo de R$ 150.870.213,46, registrando uma diferença de R$ 149.900,45 (Item 10.12.3).

Como podemos depreender da leitura dos julgados supra, insta dizer, de maneira categórica, que da mesma forma que a situação dos presentes autos, essa Corte de Contas apresenta situação favorável à aprovação das contas, por ocorrência de erros meramente formais e que não maculam o alcance da finalidade pública almejada. Pede-se consideração.

DO PEDIDO:

Isto posto, quanto às falhas apontadas no RELATÓRIO DE ANÁLISE, entendemos que as mesmas foram sanadas, esperando tão somente o posicionamento desse Egrégio Tribunal de Contas, no sentido de que sejam plenamente aceitas as razões de defesa, oportunidade em que fica aguardando confiante no pronunciamento desse Tribunal de Contas pela APROVAÇÃO DAS CONTAS, fazendo-se assim, a necessária e costumeira JUSTIÇA.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Palmas, na data do protocolo.

MUNIZ ARAÚJO PEREIRA
EX-PREFEITO MUNICIPAL

DOC. 01

NOTA EXPLICATIVA COM INFORMAÇÕES E BASES DE MENSURAÇÃO DOS VALORES PARA CÁLCULO DE DEPRECIAÇÃO.

Prefeitura de TOCANTÍNIA
Um novo Tempo

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA

NOTA EXPLICATIVA

5 – DEPRECIAÇÃO

O Município não e fez reavaliação dos bens patrimoniais, portanto a depreciação foi feita com base nos valores de aquisição dos bens/materiais/serviços, assim como já vinha sendo depreciados nos exercícios anteriores.

Tocantinia To, aos 17 de julho de 2018.

Eduardo Lopes da Silva
Contador CRC/TO 809/O

DOC. 02

PASSIVO FINANCEIRO DE 2017 COM DESTAQUE NOS RESTOS A PAGAR DE 2016 QUE FORAM LIQUIDADOS E PAGO SOMENTE NA GESTÃO SEGUINTE.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
DEMONSTRATIVO DO PASSIVO FINANCEIRO

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTÍNIA
Código Unidade Gestora: 02.070.712/0001-02
Remessa: Exercício de 2017 / Balanço Consolidado

Lei 4.320/64 - PASSIVO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DO PASSIVO FINANCEIRO

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nº. EMPENHO	DATA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CPF/CNPJ E DESCRIÇÃO DO CREDOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	INCORPORAÇÃO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2012000000018	02/01/2012	04.0401.10.302.0020.2021 319004999	99803100734 - ROSANGELA FERREIRA DE ALMEIDA	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
2012000000019	02/01/2012	04.0401.10.122.0012.2063 339035010	10555994000166 - CONSTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA	2.730,00	0,00	0,00	2.730,00	0,00	0,00	0,00	2.730,00
2012000000114	01/02/2012	04.0401.10.302.0020.2021 319004999	47522224772 - JOBEL DE SOUSA EGITO	15.360,00	0,00	0,00	0,00	15.360,00	0,00	0,00	15.360,00
2012000000657	01/11/2012	05.0501.12.361.0016.2027 449052580	45170289000125 - DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S. A.	10.950,00	0,00	0,00	0,00	10.950,00	0,00	0,00	10.950,00
2012000000737	05/09/2012	04.0401.10.122.0012.2063 319004999	67718523691 - MARIA LUISA CARDOSO DE MOURA	5.150,00	0,00	0,00	0,00	5.150,00	0,00	0,00	5.150,00
2012000000738	05/09/2012	04.0401.10.122.0012.2063 319004999	05665759732 - CAMILA DE PAIVA MACEDO	3.780,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00
2012000000739	05/09/2012	04.0401.10.122.0012.2063 319004999	82882444168 - KARINE KERLA CARVALHO DE SOUZA	3.780,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00
2012000000740	05/09/2012	04.0401.10.122.0012.2063 319004999	57600775115 - CLAUDIA VIRGINIO DE SOUZA CALDEIRA	3.780,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00
2012000000752	31/12/2012	05.0502.12.361.0016.2028 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	42.865,70	0,00	0,00	42.865,70	0,00	0,00	0,00	42.865,70
2012000000753	31/12/2012	05.0502.12.361.0016.2028 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	12.064,51	0,00	0,00	12.064,51	0,00	0,00	0,00	12.064,51
2012000000754	31/12/2012	05.0502.12.361.0016.2029 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	31.516,34	0,00	0,00	31.516,34	0,00	0,00	0,00	31.516,34
2012000000755	31/12/2012	05.0502.12.361.0016.2029 319011740	52751422187 - SILVIO INACIO MOREIRA	2.836,23	0,00	0,00	2.836,23	0,00	0,00	0,00	2.836,23
2012000000759	31/12/2012	05.0502.12.361.0016.2029 319013020	25091307000176 - IGEPREV	5.700,50	0,00	0,00	5.700,50	0,00	0,00	0,00	5.700,50
2012000000887	08/11/2012	04.0401.10.302.0020.1008 449051910	09424064000194 - S E S CONSTRUTORA LTDA	698,43	0,00	0,00	0,00	698,43	0,00	0,00	698,43

Documento gerado com base nos dados informados por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública-SICAP/Contábil, assinado pelos responsáveis da Unidade - CONTADOR, CONTROLE INTERNO E GESTOR em 31/01/2018 16:43:51, DIGITALMENTE, conforme IN TCE/TO Nº 011/2012 e MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº. EMPENHO	DATA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CPF/CNPJ E DESCRIÇÃO DO CREDOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	INCORPORAÇÃO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2012000000935	29/08/2012	03.0301.04.122.0002.2005 339030260	15984883000199 - ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICO LTDA -EPP	3.260,01	0,00	0,00	3.260,01	0,00	0,00	0,00	3.260,01
2012000001010	28/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 339030240	10640655000188 - J S CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME	588,47	0,00	0,00	0,00	588,47	0,00	0,00	588,47
2012000001011	28/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 339039740	06065767000932 - PEDRO IRAN PEREIRA ESPIRITO SANTO	2.226,00	0,00	0,00	0,00	2.226,00	0,00	0,00	2.226,00
2012000001012	31/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 319011010	11382032000115 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOCANTINIA	38.519,99	0,00	0,00	38.519,99	0,00	0,00	0,00	38.519,99
2012000001013	31/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 319011740	01065189176 - WILLIAM RODRIGUES DE CARVALHO	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001016	31/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 319011010	11382032000115 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOCANTINIA	3.811,08	0,00	0,00	3.811,08	0,00	0,00	0,00	3.811,08
2012000001017	31/12/2012	04.0401.10.302.0020.2021 339039610	11952334000181 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO	3.125,00	0,00	0,00	0,00	3.125,00	0,00	0,00	3.125,00
2012000001427	30/12/2012	03.0301.04.122.0002.2005 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	42.643,73	0,00	0,00	0,00	42.643,73	0,00	0,00	42.643,73
2012000001428	31/12/2012	03.0301.04.122.0003.2007 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	2.298,17	0,00	0,00	2.298,17	0,00	0,00	0,00	2.298,17
2012000001429	31/12/2012	03.0301.04.122.0003.2007 319011740	33317771100 - ENALDO RODRIGUES DA COSTA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001430	31/12/2012	03.0301.14.423.0027.2030 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	299,44	0,00	0,00	299,44	0,00	0,00	0,00	299,44
2012000001431	31/12/2012	03.0301.14.423.0027.2030 319011740	85712515172 - LAZARO CALIXTO XERENTE	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001432	31/12/2012	03.0301.18.541.0010.2038 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	9.274,84	0,00	0,00	9.274,84	0,00	0,00	0,00	9.274,84
2012000001433	31/12/2012	03.0301.18.541.0010.2038 319011740	19524854104 - ANTONIO SOARES LIMA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001434	31/12/2012	03.0301.20.602.0013.2040 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	2.466,71	0,00	0,00	2.466,71	0,00	0,00	0,00	2.466,71
2012000001435	31/12/2012	03.0301.20.602.0013.2040 319011010	19542224168 - JOSE ARIMATEIA CAVALCANTE SILVA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001436	31/12/2012	03.0301.18.541.0010.2038 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	11.244,28	0,00	0,00	11.244,28	0,00	0,00	0,00	11.244,28
2012000001437	31/12/2012	03.0301.18.541.0010.2038 319011740	16618777100 - IVANILDE DA SILVA MONTEIRO	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001438	31/12/2012	03.0301.04.122.0002.2005 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	16.242,78	0,00	0,00	16.242,78	0,00	0,00	0,00	16.242,78
2012000001439	31/12/2012	03.0301.04.122.0002.2005 319011740	52789128120 - MARILEIDE SALES	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001440	31/12/2012	03.0301.04.122.0002.2005 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	644,00	0,00	0,00	644,00	0,00	0,00	0,00	644,00

Documento gerado com base nos dados informados por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública-SICAP/Contábil, assinado pelos responsáveis da Unidade - CONTADOR, CONTROLE INTERNO E GESTOR em 31/01/2018 16:43:51, DIGITALMENTE, conforme IN TCE/TO Nº 011/2012 e MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº. EMPENHO	DATA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CPF/CNPJ E DESCRIÇÃO DO CREDOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	INCORPORAÇÃO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2012000001441	31/12/2012	03.0301.04.122.0002.2005 319011740	00890108170 - SERGIO PAULO BARBOSA CALDEIRA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2012000001442	31/12/2012	03.0301.04.122.0026.2004 319011010	02070712000102 - PREFEITURA MUN. DE TOCANTINIA	7.271,51	0,00	0,00	7.271,51	0,00	0,00	0,00	7.271,51
2012000001443	31/12/2012	03.0301.04.122.0026.2004 319011740	24674915104 - MANOEL SILVINO GOMES NETO	6.500,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
2012000001444	31/12/2012	03.0301.04.122.0026.2004 319011740	23345748134 - TEREZINHA DE JESUS GOMES	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
2013000003457	02/01/2013	02.0204.08.122.0023.2013 339014140	13301384000124 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TOCANTINI	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
2013000004015	02/07/2013	02.0204.08.241.0004.2011 339030140	26641159000189 - OSMARINA MOREIRA DOS SANTOS	82,90	0,00	0,00	82,90	0,00	0,00	0,00	82,90
2013000004471	14/11/2013	02.0204.08.241.0004.2011 339030230	13864419000133 - F R MOTA ALMEIDA	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
2013000004472	14/11/2013	02.0204.08.243.0004.2012 339030230	13864419000133 - F R MOTA ALMEIDA	480,00	0,00	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	480,00
2013000004473	21/11/2013	02.0204.08.244.0004.2014 339039670	00223925000100 - MARIA DAS GRACAS DA SILVA - ME	860,00	0,00	0,00	860,00	0,00	0,00	0,00	860,00
2013000004678	16/12/2013	04.0405.10.301.0012.2019 449052990	15127478000154 - PORTAL DISTRIBUIDORA LTDA	1.296,00	0,00	0,00	1.296,00	0,00	0,00	0,00	1.296,00
2015000000844	03/11/2015	01.0101.01.031.2001.2001 339030210	04090852000178 - SHIRLEY ALVES DA SILVA BUCAR	0,05	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,05
2015000007029	02/01/2015	02.0204.08.122.0023.2013 339014140	13301384000124 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TOCANTINI	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
2015000007804	13/04/2015	02.0204.08.122.0023.2013 339039170	11884842000170 - GILMAR APARECIDO CARAFINI	630,00	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
2015000008347	24/06/2015	02.0204.08.244.0023.2081 339092390	11996434000100 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	762,36	0,00	0,00	762,36	0,00	0,00	0,00	762,36
2015000009254	15/12/2015	02.0204.08.244.0013.2078 339030220	05281348000118 - DELMA BATISTA DE OLIVEIRA ME	0,20	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20
2016000000944	04/01/2016	01.0101.01.031.2001.2001 339039570	08702894000173 - ARTEMSITE TECNOLOGIA EM INTERNET LTDA	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
2016000000946	02/01/2016	01.0101.01.031.2001.2001 339039900	33577271000163 - RAIMUNDO DIAS LEAL JUNIOR - ME	650,00	0,00	0,00	650,00	0,00	0,00	0,00	650,00
2016000001197	23/12/2016	01.0101.01.031.2001.2001 339039960	76535764000143 - OI S/A	80,28	0,00	0,00	80,28	0,00	0,00	0,00	80,28
2016000009514	04/01/2016	03.0302.15.452.0011.2036 339039430	25086034000171 - ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	10.157,18	0,00	0,00	10.157,18	0,00	0,00	0,00	10.157,18
2016000009525	04/01/2016	03.0304.09.271.0002.2016 339047180	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	10.833,29	0,00	0,00	10.833,29	0,00	0,00	0,00	10.833,29

Documento gerado com base nos dados informados por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública-SICAP/Contábil, assinado pelos responsáveis da Unidade - CONTADOR, CONTROLE INTERNO E GESTOR em 31/01/2018 16:43:51, DIGITALMENTE, conforme IN TCE/TO Nº 011/2012 e MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº. EMPENHO	DATA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CPF/CNPJ E DESCRIÇÃO DO CREDOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	INCORPORAÇÃO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2016000009526	04/01/2016	03.0304.04.122.0003.2068 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	34.911,02	0,00	0,00	34.911,02	0,00	0,00	0,00	34.911,02
2016000009561	04/01/2016	05.0506.12.361.0016.2029 339039440	11996434000100 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	2.102,24	0,00	0,00	2.102,24	0,00	0,00	0,00	2.102,24
2016000009562	04/01/2016	05.0506.12.365.0016.2062 339039440	11996434000100 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	1.898,90	0,00	0,00	1.898,90	0,00	0,00	0,00	1.898,90
2016000009563	04/01/2016	05.0506.12.365.0016.2062 339039430	25086034000171 - ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	4.366,57	0,00	0,00	4.366,57	0,00	0,00	0,00	4.366,57
2016000009566	04/01/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339039580	76535764032509 - OI S.A	3,90	0,00	0,00	3,90	0,00	0,00	0,00	3,90
2016000009572	04/01/2016	05.0506.12.361.0016.2028 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	160.976,30	0,00	0,00	160.976,30	0,00	0,00	0,00	160.976,30
2016000009594	02/01/2016	02.0204.08.122.0023.2013 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	38.655,13	0,00	0,00	38.655,13	0,00	0,00	0,00	38.655,13
2016000009708	04/01/2016	04.0404.10.122.0012.2106 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	41.603,40	0,00	0,00	41.603,40	0,00	0,00	0,00	41.603,40
2016000011298	04/01/2016	03.0313.27.812.0025.1012 449051910	19324205000150 - G e V CONSTRUCOES LTDA	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
2016000011993	02/05/2016	03.0302.04.122.0011.1042 449051910	08952134000114 - PORTO ENGENHARIA EIRELI - ME	267.272,36	0,00	0,00	67.123,32	200.149,04	67.123,32	0,00	200.149,04
2016000012066	01/08/2016	05.0505.12.365.0016.1023 449051910	04628147000181 - TOBAR CONSTRUCOES LTDA-ME	21.974,49	0,00	0,00	21.974,49	0,00	21.878,55	0,00	95,94
2016000012113	01/07/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339039170	07396270000102 - J. A. SILVA	4.930,00	0,00	0,00	4.930,00	0,00	0,00	0,00	4.930,00
2016000012519	30/08/2016	03.0302.04.122.0026.2005 339039430	25086034000171 - ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	912,00	0,00	0,00	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00
2016000012608	01/11/2016	02.0204.08.244.0023.2081 339039430	25086034000171 - ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	397,80	0,00	0,00	397,80	0,00	0,00	0,00	397,80
2016000012617	17/11/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339039670	14051875000127 - P. A. DE BRITO - ME	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
2016000012621	17/11/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339039670	14051875000127 - P. A. DE BRITO - ME	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
2016000012622	17/11/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339039670	14051875000127 - P. A. DE BRITO - ME	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
2016000012623	17/11/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339039670	14051875000127 - P. A. DE BRITO - ME	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
2016000012967	01/12/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339036350	26338297168 - EDUARDO LOPES DA SILVA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2016000012983	28/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339039740	06065767000932 - PEDRO IRAN PEREIRA ESPIRITO SANTO	40,78	0,00	0,00	40,78	0,00	0,00	0,00	40,78

Documento gerado com base nos dados informados por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública-SICAP/Contábil, assinado pelos responsáveis da Unidade - CONTADOR, CONTROLE INTERNO E GESTOR em 31/01/2018 16:43:51, DIGITALMENTE, conforme IN TCE/TO Nº 011/2012 e MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº. EMPENHO	DATA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CPF/CNPJ E DESCRIÇÃO DO CREDOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	INCORPORAÇÃO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2016000012984	21/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339039740	06065767000932 - PEDRO IRAN PEREIRA ESPIRITO SANTO	244,71	0,00	0,00	244,71	0,00	0,00	0,00	244,71
2016000013011	01/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339036350	26338297168 - EDUARDO LOPES DA SILVA	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
2016000013014	19/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339039630	07396270000102 - J. A. SILVA	970,00	0,00	0,00	970,00	0,00	0,00	0,00	970,00
2016000013018	23/12/2016	05.0505.12.365.0016.2033 339039570	08890031000177 - J. T. LIRA NETO	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2016000013098	29/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 339030160	09097727000103 - PONTUAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP	1.100,70	0,00	0,00	1.100,70	0,00	0,00	0,00	1.100,70
2016000013180	01/12/2016	02.0204.08.122.0023.2013 339039430	25086034000171 - ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	625,43	0,00	0,00	0,00	625,43	0,00	0,00	625,43
2016000013182	30/12/2016	05.0505.12.122.0016.2026 319013020	29979036000140 - INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	88.283,02	0,00	0,00	88.283,02	0,00	0,00	0,00	88.283,02
2016000013184	29/12/2016	04.0404.10.301.0020.1048 449052420	07152178000105 - OCIDENTAL DISTRIBUIDORA-EIRELI-EPP	49.150,00	0,00	0,00	49.150,00	0,00	0,00	0,00	49.150,00
2016000013185	29/12/2016	04.0404.10.301.0020.1048 449052420	02994052000156 - MANTOVANI ESCRITORIOS EIRELI -	104.128,67	0,00	0,00	104.128,67	0,00	100.000,00	0,00	4.128,67
2016000013191	08/12/2016	04.0404.10.305.0014.2023 339039440	11996434000100 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	357,26	0,00	0,00	357,26	0,00	0,00	0,00	357,26
TOTAL DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				**1.177.404,66**	**0,00**	**0,00**	**872.548,56**	**304.856,10**	**189.001,87**	**0,00**	**988.402,79**

Documento gerado com base nos dados informados por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública-SICAP/Contábil, assinado pelos responsáveis da Unidade - CONTADOR, CONTROLE INTERNO E GESTOR em 31/01/2018 16:43:51, DIGITALMENTE, conforme IN TCE/TO Nº 011/2012 e MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOC. 03

CÓPIA DA RELAÇÃO DO ATIVO REALIZÁVEL DE 2012 COM DESTAQUE NOS REGISTROS DE VALORES ADVINDOS DAS GESTÕES ANTERIORES.

RELAÇÃO ANALÍTICA DO ATIVO REALIZÁVEL

CÓD.	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA		SALDO
			INSCRIÇÃO	ENCAMPAÇÃO	REGULARIZAÇÃO	CANCELAMENTO	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS						
00009	TRANSFERENCIA-FMS			1.225.486,96	1.225.486,96		
00021	TRANFERENCIA FUNDO DE EDUCAÇÃO			605.161,99	605.161,99		
00029	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		2.275.091,98			2.275.091,98	
	RECURSOS A RECEBER						
00018	DIVERSOS RESPONSAVEIS		5.957,35		5.901,64		55,71
00019	SALARIO FAMILIA-FME		17.999,67		17.999,67		
00020	SALARIO MATERNIDADE		2.379,00		2.379,00		
00030	SALARIO FAMILIA		19.004,45		19.004,45		
	DESPESAS EM RESPONSABILIDADE						
00008	OUTRAS RESPONSABILIDADES	3.136,20	349,00		349,00		3.136,20
00010	SALARIO FAMILIA-FMS		4.010,55		4.376,95		-366,40
00028	DIVERSOS RESPONSAVEIS	107.012,98	528.579,57		520.273,87		115.318,68
00062	OUTRAS RESPONSABILIDADES	15,51					15,51
	TOTAL GERAL	**110.164,69**	**2.853.371,57**	**1.830.648,95**	**2.400.933,53**	**2.275.091,98**	**118.159,70**

TOCANTINIA, 31 de dezembro de 2012

Muniz Araujo Pereira
CPF:

CPF: - CRC:

Eduardo Lopes da Silva
Contador - CRC-TO - 809/O
CPF: 263.382.971-68

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

EDIMILSON LACERDA LOPES

Cargo: COORDENADOR(A) - Matricula: 236373

Código de Autenticação: 3e7a45b7c0426682ac8bbae5151e1c09 - 26/07/2018 16:50:21